



RELATÓRIO DE
EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL EM
30 DE JUNHO DE 2021

Índice

—		
1		
PREÂMBULO	Pág. 6	
—		
2		
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Pág. 12	
—		
3		
GOVERNANÇA	Pág. 18	
3.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL	Pág. 19	
3.2. FONTES DE RECEITA	Pág. 21	
3.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	Pág. 21	
3.3.1. MISSÃO	Pág. 21	
3.3.2. VISÃO	Pág. 22	
3.3.3. VALORES	Pág. 22	
3.3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS	Pág. 22	
—		
4		
ANÁLISE OPERACIONAL DA ATIVIDADE DO PERÍODO	Pág. 24	
4.1. EVOLUÇÃO DE RESÍDUOS RECOLHIDOS, PERÍODO E NATUREZA DE RESÍDUO	Pág. 26	
4.1.1. TONELADAS TOTAIS RECOLHIDAS NO ANO DE 2021	Pág. 26	
4.1.2. TONELADAS RECOLHIDAS NO ANO DE 2021, 2020, 2019 E 2018, POR FRAÇÃO	Pág. 27	
4.2. METAS DE RECOLHA SELETIVA	Pág. 31	
4.2.1. META DE PREPARAÇÃO PARA A REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM	Pág. 32	
4.2.2. META DE RETOMAS COM ORIGEM EM RECOLHA SELETIVA	Pág. 33	
4.3. PLANEAMENTO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	Pág. 34	
4.3.1. RECOLHA PORTA A PORTA (PAP)	Pág. 35	
4.3.1.1. RESIDENCIAL	Pág. 35	
4.3.2. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PELA ERSAR	Pág. 36	
4.3.3. PROJETOS FINANCIADOS	Pág. 37	
4.3.3.1. ORGÂNICO	Pág. 37	
4.3.3.2. CITYLOOPS	Pág. 39	
4.3.3.3. INTERWASTE	Pág. 41	
4.3.3.4. INTERREG SUDUE - ECOVAL	Pág. 43	
4.3.3.5. ORGÂNICO – RECOLHA SELETIVA DE BIORRESÍDUOS - II	Pág. 45	
4.3.3.6. EEA GRANTS - ASPRELA + SUSTENTÁVEL	Pág. 46	
4.4. ECOCENTROS	Pág. 47	
4.4.1. QUANTITATIVOS	Pág. 47	
4.4.1.1. TOTAL DE RESÍDUOS DEPOSITADOS NOS ECOCENTROS PORTO (KG)	Pág. 48	
4.4.1.2. FLUXO DE RESÍDUO	Pág. 48	
4.4.1.3. TIPOLOGIA E NÚMERO DE UTILIZADORES	Pág. 49	
4.5. UNIDADE ORGÂNICA DE FISCALIZAÇÃO	Pág. 49	
4.5.1. SENSIBILIZAÇÃO	Pág. 50	
4.5.2. PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO	Pág. 50	
4.5.3. GESTÃO DE CLIENTES	Pág. 51	
4.5.4. FISCALIZAÇÃO DA LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	Pág. 52	
4.5.5. LIMPEZA DE FACHADAS	Pág. 53	
4.6. RECURSOS HUMANOS	Pág. 54	
4.6.1. EVOLUÇÃO ORGÂNICA	Pág. 54	
4.6.2. ABSENTISMO	Pág. 54	
4.6.3. FORMAÇÃO	Pág. 55	
4.6.4. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO (SST)	Pág. 55	
4.7. ECOLINHA	Pág. 57	
4.7.1. NÚMERO TOTAL DE PEDIDOS	Pág. 57	
4.7.2. TIPOLOGIA DE PEDIDOS	Pág. 58	
4.7.3. APRECIÇÃO DOS SERVIÇOS	Pág. 60	
4.8. GESTÃO DA QUALIDADE	Pág. 60	
4.9. COMUNICAÇÃO	Pág. 60	
4.10. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Pág. 62	
4.10.1. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	Pág. 63	
4.10.2. PROCEDIMENTOS A DESTACAR NO ANO DE 2021	Pág. 64	
4.11. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CONSTANTES DO ARTIGO 62º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, PARA O ANO DE 2021	Pág. 65	
4.12. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO	Pág. 66	
4.13. PERSPETIVAS FUTURAS	Pág. 67	
4.14. EVENTOS SUBSEQUENTES	Pág. 68	
4.15. DIVULGAÇÕES OBRIGATORIAS	Pág. 69	
4.15.1. PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ACIONISTAS	Pág. 69	
4.15.2. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE	Pág. 70	
4.15.3. EXISTÊNCIA DE NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	Pág. 70	
4.15.4. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS	Pág. 70	
4.15.5. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL	Pág. 70	
—		
5		
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021	Pág. 72	
5.1. BALANÇO EM 30 DE JUNHO 2021	Pág. 73	
5.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	Pág. 75	
5.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR ATIVIDADE PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	Pág. 76	
5.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	Pág. 77	

Índice

—
6

ANÁLISE ECONÓMICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL Pág. 78

—
NOTA 1

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS Pág. 82

—
NOTA 2

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO Pág. 84

—
NOTA 3

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS Pág. 86

—
NOTA 4

GASTOS COM O PESSOAL Pág. 88

—
NOTA 5

INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS Pág. 90

—
NOTA 6

INVESTIMENTOS EM ATIVOS INTANGÍVEIS Pág. 92

—
NOTA 7

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS Pág. 94

—
NOTA 8

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES Pág. 96

—
NOTA 9

FINANCIAMENTOS OBTIDOS Pág. 98

—
NOTA 10

DIFERIMENTOS Pág. 100

—
7

CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA PARA 2021 Pág. 102

—
8

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO 2021 Pág. 106

—
9

CONSIDERAÇÕES FINAIS Pág. 110



Preâmbulo

10

A Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A. (**PortoAmbiente**) tem por objeto social a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, assumindo como competências a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em linha com o Plano de Ação (PAPERSU) para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020), de modo a dar cumprimento às metas definidas neste último e gerindo de forma adequada e integrada a prestação de cada serviço. No sentido de assegurar o desempenho das competências por si assumidas, à **PortoAmbiente** incumbem-se como principais objetivos, os seguintes:

a) Garantir a gestão e a construção das infraestruturas e dos equipamentos necessários à exploração do sistema de gestão de resíduos e limpeza do espaço público;

b) Assegurar de forma regular, contínua e eficiente:

I. a recolha dos resíduos recicláveis integrados no sistema municipal ou que o venham a integrar por força da expansão da rede de recolha seletiva, e o transporte, tratamento, triagem e valorização dos resíduos urbanos provenientes da recolha seletiva;

II. a recolha seletiva de resíduos orgânicos;

III. a recolha de resíduos urbanos indiferenciados, ou equiparados;

IV. o transporte dos resíduos urbanos indiferenciados ou equiparados, recolhidos/ produzidos no Município;

V. a Limpeza do espaço público;

c) Prestar o serviço complementar de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Resíduos Industriais Não Perigosos, bem como a gestão de outros resíduos, para os quais seja detentora de licença ou que venha a ser.





A atividade da **PortoAmbiente** e o desenvolvimento das suas funções é realizado sob a orientação estratégica da Câmara Municipal do Porto, de acordo com uma política de gestão organizacional assente num conjunto de princípios orientadores:

- a satisfação do cliente municipal;
- a melhoria contínua da organização e o seu comprometimento com o desenvolvimento e crescimento profissional, técnico, comportamental e ético;
- o envolvimento dos colaboradores e fornecedores na concretização dos objetivos da empresa; a atuação no mercado de forma absolutamente transparente e exigente.

No sentido da promoção da melhoria contínua da organização, bem como da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, a **PortoAmbiente** tem estabelecido um plano de monitorização e avaliação de indicadores do desempenho organizacional. O acompanhamento destes indicadores, que se organizam em quatro temáticas (cobertura e qualidade do serviço; desempenho organizacional; produtividade; eficiência operacional e de gestão), permite a monitorização do cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, garantindo assim a prestação eficiente de um serviço de qualidade.

No seguimento do enquadramento apresentado, dando cumprimento aos seus deveres de informação previsto no artigo 21º dos Estatutos da **PortoAmbiente**, alínea e) do nº. 1 do artigo 42º. da Lei 52/2012 de 31 de agosto, e do nº. 1 do artigo 44º. da Lei 133/2013, de 3 de outubro, a **PortoAmbiente** apresenta o relatório trimestral de execução orçamental, assim como o respetivo relatório do órgão de fiscalização.



O acompanhamento e controlo do Município do Porto, bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei nº. 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

Os requisitos contabilísticos da **PortoAmbiente** devem respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o qual é atualmente regulado pelos seguintes diplomas:

- a) Aviso 8254/2015 de 29 de julho de 2015 (revoga Aviso nº 15652/2009, de 7 de setembro) - Estrutura Conceptual;
- b) Aviso 8256/2015 de 29 de julho de 2015 (revoga Aviso nº 15655/2009 de 7 de setembro) - Normas Contabilísticas de Relato Financeiro;
- c) Aviso 8258/2015 de 29 de julho de 2015 (revoga Aviso nº 15653/2009, de 7 de setembro) - Normas interpretativas.
- d) Portaria 218/2015 de 23 de julho de 2015 (revoga Portaria nº 1011/2009, de 9 de setembro) - Código de Contas e Declaração de Retificação nº41-A/2015 de 21 de setembro de 2015;
- e) Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015 (revoga a Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação nº41-B/2015 de 21 de setembro de 2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015 (revoga a Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação nº41-B/2015 de 21 de Setembro de 2015, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.



As demonstrações financeiras são elaboradas com referência a um período de reporte anual coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria 220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

As Demonstrações financeiras incorporadas neste documento foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tomam a informação proporcionada nas Demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.





Mensagem do Conselho de Administração

02

Ultrapassado o difícil início que o ano de 2021 nos trouxe, do ponto de vista dos impactos na vida humana, com a mais recente vaga pandémica COVID-19. O segundo trimestre de 2021, para a **PortoAmbiente**, ficou positivamente marcado pelo tão aguardado arranque da operação "Orgânico".

Desde logo pelo facto do mesmo ter vindo a ser adiado como consequência das limitações impostas pela pandemia COVID-19, mas de igual modo pela forma como este projeto cativou os munícipes do Porto, impondo-se com toda a naturalidade no dia a dia da cidade.



Este projeto representou assim uma nova energia para as equipas, procurando ultrapassar o desgaste que a pandemia tem vindo a gerar em cada um de nós, enaltecendo-se uma vez mais o empenho excecional demonstrado pelos nossos colaboradores, que têm vindo a enfrentar de forma corajosa os desafios da realidade atual, por forma a que a **PortoAmbiente** cumpra na íntegra e nos moldes definidos na sua missão, o serviço público essencial a que se propôs, não obstante do contexto de restrições.

Ao nível da atividade de Gestão dos Resíduos Urbanos, este período permitiu verificar uma evolução muito interessante nos quantitativos de resíduos recolhidos, mantendo-se a fração indiferenciada em níveis mais reduzidos, crescendo a fração seletiva de forma relevante.

No âmbito da Sustentabilidade Ambiental e Limpeza do Espaço Público, destaca-se o



crecente envolvimento das equipas da Gestão de clientes, traduzindo-se essas ações o aumento do número de adesões e reativações nos segmentos dos Resíduos Orgânicos e Multimaterial, assim como o arranque da operação de Limpeza das praias.

A operação da Limpeza das praias é originada como consequência indireta da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, e prevê, entre outros, a limpeza dos areais e rochas (cerca de 2,5 Km), bem como a recolha dos resíduos depositados nos Ecopontos e Papeleiras instaladas nos areais, garantindo-se assim a remoção de todo o tipo de desperdícios provenientes da atividade dos utentes das praias, resíduos transportados pelo mar e depositados na areia pela ação das marés, resíduos transportados pelos ventos e objetos abandonados. Esta operação, executada duas vezes ao dia, 7 dias por semana durante a atual época balnear, garante a afetação de 14 meios humanos e 4 meios mecânicos, sendo igualmente realizada a oxigenação e desinfestação dos areais em dois períodos distintos, entre as 06H00 e as 13H00 e as 18H00 e as 22H00.

Complementarmente, e ponderando as incertezas futuras decorrentes dos potenciais impactos conhecidos, a Administração da **PortoAmbiente** deposita grandes expectativas no futuro que se aproxima, nomeadamente ao nível da eficiência económica da operação e do cumprimento às metas definidas no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente, PERSU 2020+) em linha com o Plano de Ação (PAPERSU), o qual se traduzirá consequentemente na melhoria da qualidade de vida



dos munícipes. Para a prossecução destes objetivos, em muito tem contribuído o dinamismo e proatividade da empresa perante as oportunidades verificadas em sede de candidaturas e parcerias para projetos financiados, destacando-se os seguintes desenvolvimentos no presente período:

- O já mencionado arranque da operação "Orgânico", financiado no âmbito do Aviso PO SEUR-11-2018-14, o qual verificou, em 30 de junho de 2021, cerca de 24 mil habitações visitadas, 17 mil contactos com sucesso e cerca de 16 mil aderentes, dos quais resultaram cerca de 140 toneladas de biorresíduos recolhidos, no curto período em análise;

- Aprovação da candidatura para a operação "Orgânico - Recolha seletiva de biorresíduos no porto – II", no âmbito do Aviso PO SEUR-11-2020-15;

Destacamos ainda, no esforço permanente de aprofundar e melhorar a sua forma de atuação, que a **PortoAmbiente** já se encontra, também, a implementar os sistemas de gestão ambiental e segurança e saúde no trabalho segundo as normas ISO 14001 e 45001, respetivamente.

Relativamente ao comportamento dos quantitativos de resíduos recolhidos, e sublinhando desde logo que o desempenho do período homólogo comparativo resulta de um momento "pré-covid", verificou-se uma evolução muito favorável do montante de resíduos recolhidos, em cerca de 7,63% face ao trimestre homólogo, com particular contributo para fração seletiva.

Para efeitos da análise da execução orçamental, tomou-se como referência os instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período de 2021, na sua versão revista e aprovada, em reunião do Conselho de Administração de 22 de outubro de 2020.

Com referência ao período findo em 30 de junho de 2021, o Resultado líquido ascende a 297 089 euros, verificando-se uma taxa de execução orçamental dos Gastos totais de 91% e dos Rendimentos totais de 93% (na qual se inclui a taxa de execução das Receitas próprias de 99%). Este desempenho, ainda que globalmente positivo, incorpora os impactos negativos anteriormente contextualizados pela pandemia COVID19, sendo expectável a sua continua atenuação ao longo do ano de 2021.

É ambição do Conselho de Administração que a **PortoAmbiente** seja reconhecida



como uma organização de referência no setor, traduzindo assim o forte envolvimento de todos os stakeholders na concretização da sua estratégia.

O Conselho de Administração da **PortoAmbiente** não pode deixar de transmitir o seu agradecimento a todos aqueles que, no decorrer do período em reporte, contribuíram decisivamente para a consolidação deste projeto, nomeadamente:

- Ao acionista, pelo envolvimento e confiança demonstrada;
- A todos os municípios do Porto, cujo envolvimento nos interesses da cidade, e adesão aos processos implementados em muito têm contribuídos para os positivos resultados alcançados;
- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositados na nossa entidade;
- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;
- A todos os colaboradores pelo esforço, capacidade e dedicação postos nas tarefas que lhes foram confiadas;
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

O Conselho de Administração,

ARTUR JORGE SILVA DE SOUSA BASTO
(Presidente)

LUIS ANDRÉ FERNANDES BRAGANÇA DE ASSUNÇÃO
(Administrador Executivo)

ANA CRISTINA MANSILHA CENTEIRO VIEIRA E LEITE DA SILVA
(Administrador não Executivo)



A atividade da **PortoAmbiente**, é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, enquadrada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

3.1 Objeto Social e estrutura de capital

A **PortoAmbiente**, constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tem por objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.





O capital social constituído naquela data foi de 465 566 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis. No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro, ascendendo o mesmo, nesta data, a 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros) representado por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto as seguintes competências:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o Plano de ação (atualmente PAPERSU), de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente PERSU 2020+);
- c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do



Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;

d) Assegurar e definir com o Município do Porto o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica;

e) Articular com a LIPOR o encaminhamento dos resíduos de forma a assegurar o tratamento dos mesmos em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

3.2. Fontes de receita

O Rédito e a receita foram e serão realizados mediante as seguintes fontes:

- a) Receitas próprias, em substância, pela tarifa de gestão de resíduos urbanos;
- b) Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários;
- c) Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público;
- d) Outras receitas próprias, em função da prestação de outros serviços complementares e ou acessórios à Gestão de resíduos urbanos ou Limpeza do espaço público.

3.3. Orientações Estratégicas

O processo de planeamento estratégico da empresa **PortoAmbiente**, encontra-se alicerçado na visão, missão e valores seguidamente descritos:

3.3.1. Missão

Gerir o sistema municipal de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, de acordo com princípios de qualidade do serviço, inovação, sustentabilidade ambiental e económica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.



3.3.2. Visão

A **PortoAmbiente** pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.

3.3.3. Valores

- Orientação para os habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.
- Respeito e valorização do ambiente
- Sustentabilidade ambiental, económica e social
- Integridade
- Inovação
- Transparência
- Rigor
- Responsabilidade

3.3.4. Órgãos sociais

Órgão	Função	Nome
Assembleia-Geral	Representante do Município	Maria Helena Vilasboas Tavares
	Presidente da mesa	António Pedro Pinto de Sousa Teixeira
	Secretário	Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
Conselho de Administração	Presidente	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeda Araújo
	Administrador executivo	Luís André Fernandes Bragança de Assunção
	Administrador não executivo	Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva
Fiscal Único	Efetivo	Mazars e Associados, SROC, S.A.
		representada por: José Fernando Abreu Rebouta
	Suplente	Patrícia Alexandra Faria Cardoso



Análise operacional da atividade no período

Q4

Num momento em que quase todo o país esteve confinado, em que todos procuraram estar mais seguros e protegidos, nunca as equipas da **PortoAmbiente** pararam de trabalhar, garantindo, sempre, o cabal cumprimento das suas funções, reforçando a missão da empresa e de serviço de excelência para a cidade.

Ainda assim e, não obstante da atividade da **PortoAmbiente**, enquanto serviço público essencial, nunca ter registado paragem, não deixou de ser verificado um desempenho operacional muito inferior ao expectável, quer resultante dos quantitativos recolhidos, quer por força das limitações legalmente impostas.

Constituindo atualmente a aposta na fração dos biorresíduos, uma das maiores ambições da **PortoAmbiente**, foi com enorme satisfação que se iniciou o projeto de recolha por proximidade, nesta fração (projetos cofinanciados pelo PO SEUR e CityLoops), e ainda com maior agrado a forma como este projeto cativou os munícipes do Porto, impondo-se com toda a naturalidade no dia a dia da cidade.

Reitera-se ainda assim convicção da Administração, que o crescente envolvimento na fração dos biorresíduos, quer por via do projeto de recolha por proximidade, quer por via do aumento do número de aderentes da recolha de resíduos (setor não residencial)



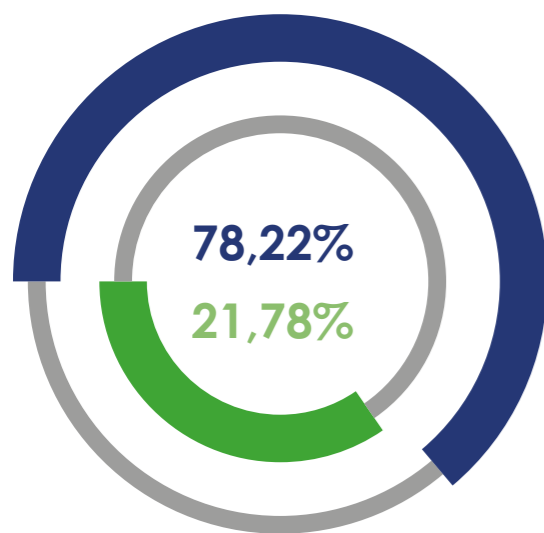


e Porta-a-porta residencial, será o caminho para esse fim.

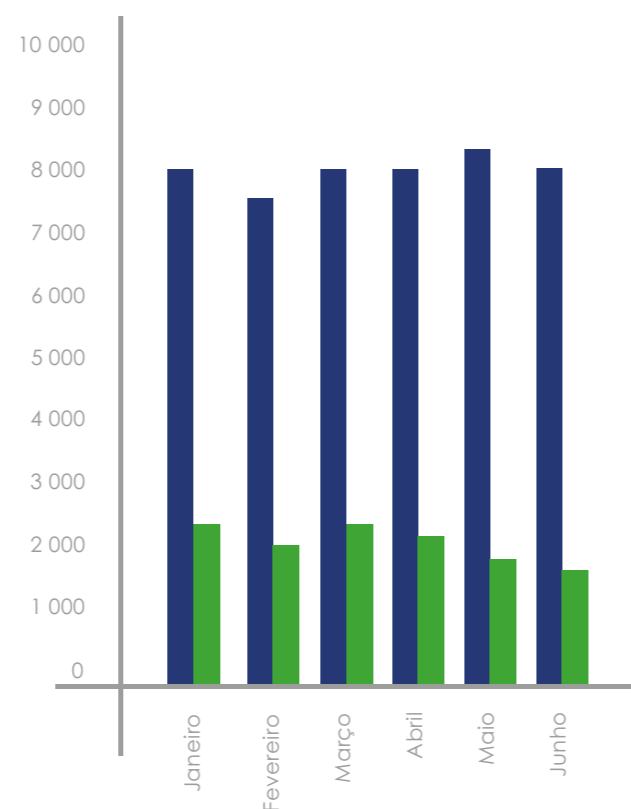
4.1. Evolução de resíduos recolhidos, período e natureza de resíduo

Com referência a 30 de junho de 2021, o comportamento dos quantitativos evidencia um decréscimo das quantidades totais de resíduos recolhidas face ao acumulado do período homólogo, as quais se ilustram graficamente em seguida, e se estimam em cerca de 3,27%. A análise individual das frações evidencia uma diminuição de 4,83% nas quantidades de resíduos recolhidos na fração indiferenciada, parcialmente mitigada por um aumento de 2,76% nas quantidades de resíduos recolhidos na fração seletiva.

4.1.1. Toneladas totais recolhidas no ano de 2021

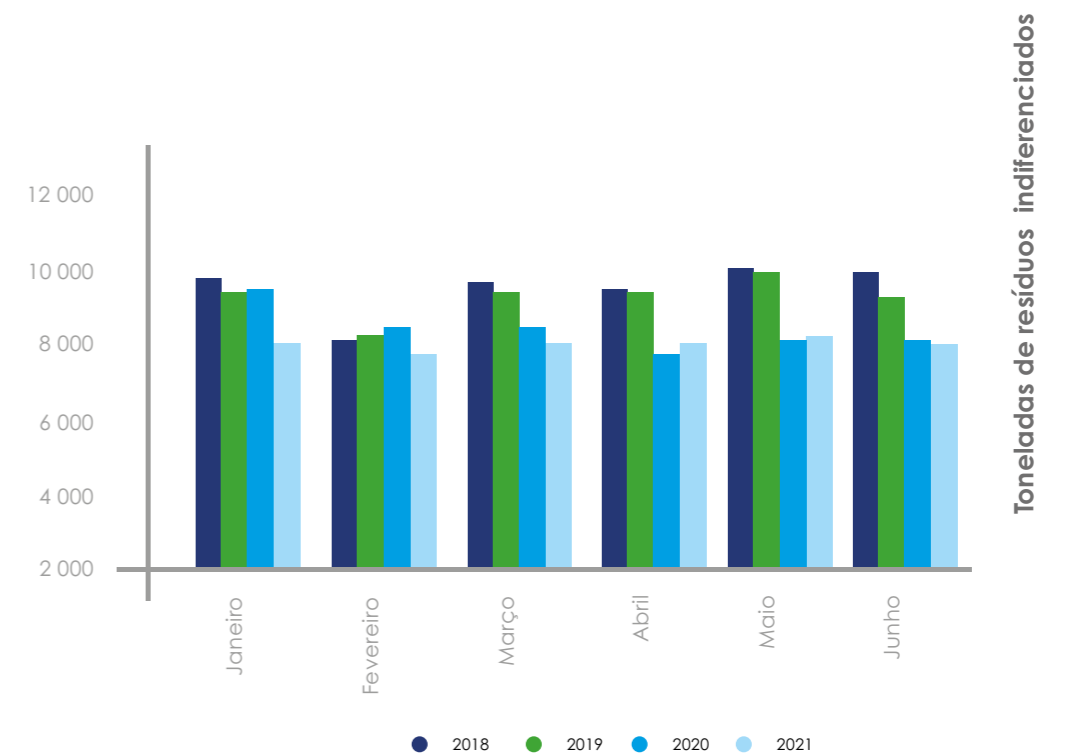


● Indiferenciada ● Seletiva



4.1.2. Toneladas recolhidas no ano de 2021, 2020, 2019 e 2018, por fração

Analisando graficamente a evolução anual, face ao período homólogo, por fração de resíduo (indiferenciada vs. seletiva):

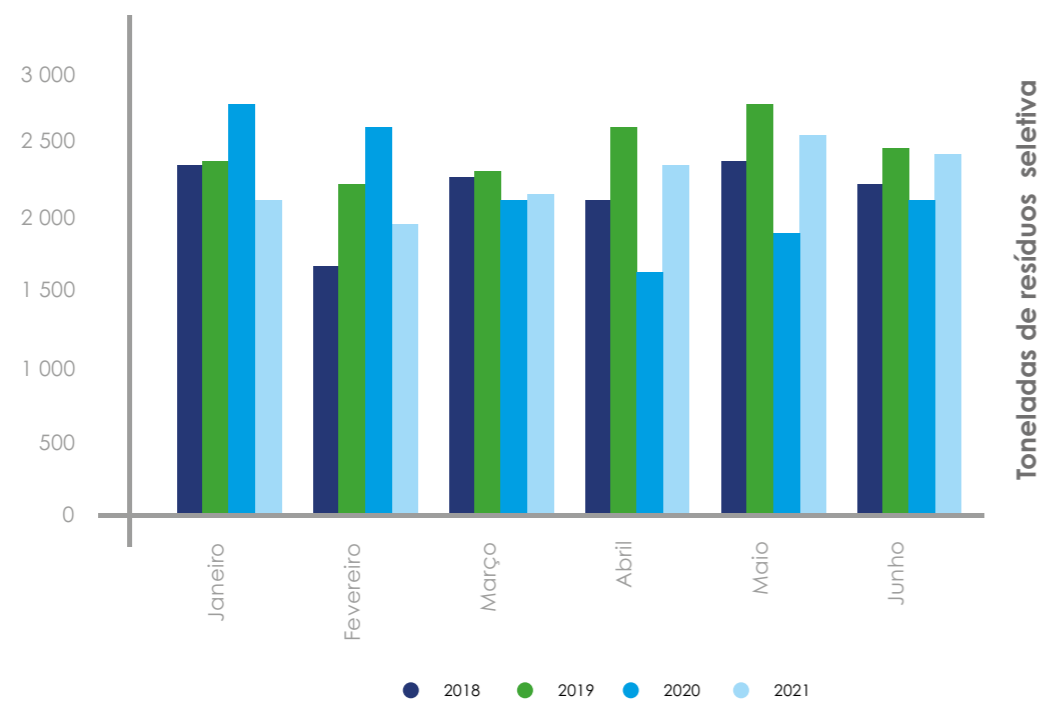


Toneladas de resíduos indiferenciados

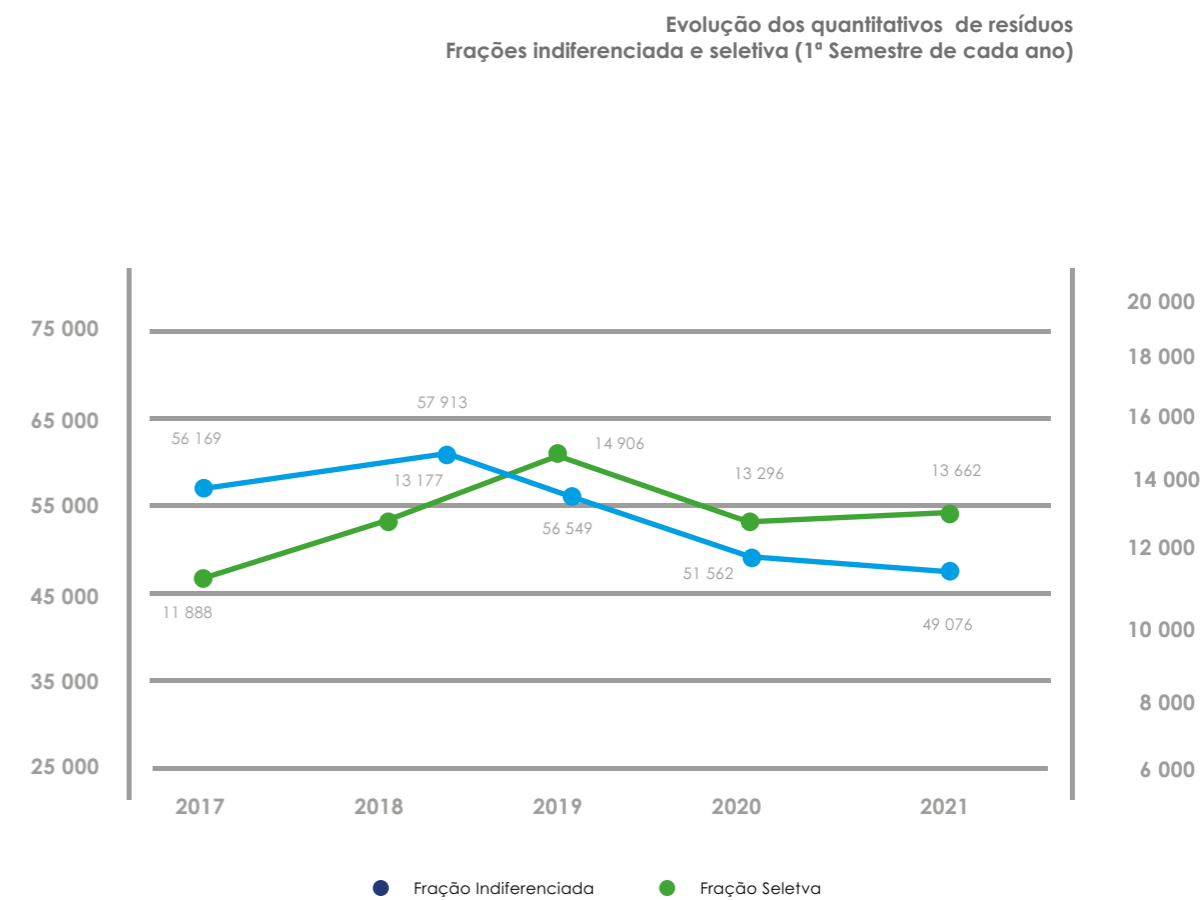
● 2018 ● 2019 ● 2020 ● 2021



Os resíduos recolhidos indiferenciadamente totalizaram, até 30 de junho de 2021, os quantitativos de 49 076 toneladas no acumulado do ano. Estes montantes, representam um decréscimo de cerca de 4,82%, a que correspondem 2 486 toneladas no acumulado do ano face ao período homólogo.



Os resíduos recolhidos seletivamente totalizaram, até 30 de junho de 2021, os quantitativos de 13 662 toneladas no acumulado do ano. Estes montantes, representam um crescimento de cerca de 2,75%, a que correspondem 366 toneladas no acumulado do ano face ao período homólogo. Este comportamento, e respetiva evolução, poderá ser melhor compreendido quanto analisados os seguintes gráficos relativos à evolução de resíduos, fração indiferenciada e seletiva respetivamente, desde o ano de 2017:





Assim, e como é possível verificar desde o ano de 2017 (ano de constituição da **PortoAmbiente**), que as medidas implementadas, no sentido do cumprimento da estratégia da Empresa tem-se vindo a repercutir na curva de crescimento da fração seletiva. Este crescimento, para além de se verificar muito superior (em termos relativos), registou pela primeira vez em 2019 (e novamente em 2021) um comportamento único, na medida em que manteve a tendência de crescimento, inversamente ao que se verifica na fração indiferenciada (decréscimo).

Ainda no que respeita ao comportamento da fração seletiva no período de 2021 face ao respetivo período homólogo e, não obstante da inversão de tendência registada na segunda metade do atual semestre, sublinhamos que o mesmo foi fortemente condicionado pela crise pandémica COVID19, nos primeiros 3 meses do ano. Em seguida apresentam-se os principais fluxos contribuidores, o Multimaterial, o Orgânico, as Madeiras e Verdes:

Montantes em Ton

Fluxo	Quantitativos		Evolução	
	30.06.2021	30.06.2020	Absoluta	Relativa
Multimaterial	7 517	7 486	31	0,42%
Orgânico	2 478	2 405	72	3,00%
Madeira	1 281	1 458	-178	-12,19%
Verdes	1 669	1 202	467	38,89%
Outros	717	745	-27	-3,68%
-	13 662	13 296	366	2,75%

Consideramos relevante ainda assim, e conforme desde logo mencionado na mensagem do Conselho de Administração, analisar esta evolução em contextualizado a evolução da crise pandémica COVID19.

4.2. Metas de recolha seletiva

O nível de avaliação do cumprimento das metas fixadas para a recolha seletiva é analisado nas seguintes duas vertentes distintas:

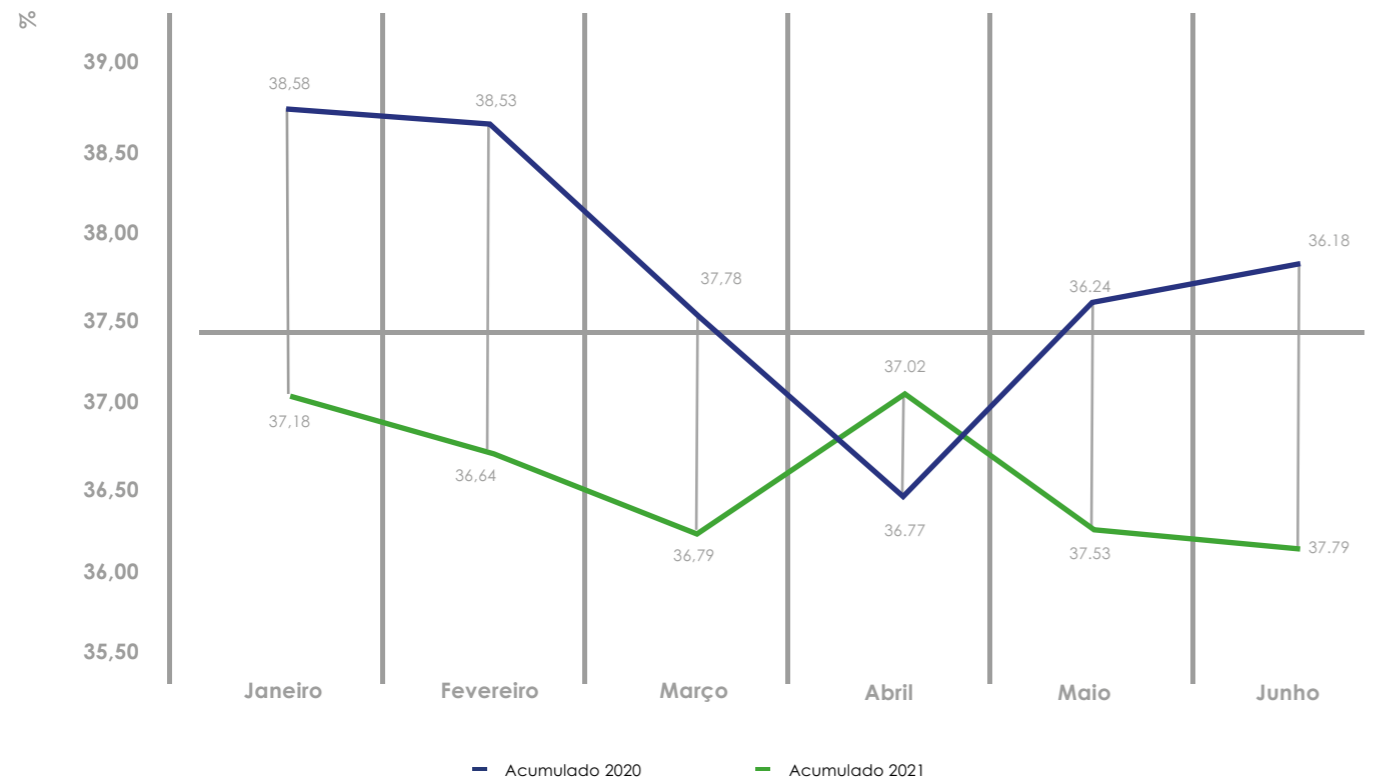
- Meta de preparação para a reutilização e reciclagem, cuja meta intercalar ascende a 31%; e
- Meta de retomas com origem em recolhas seletivas, cuja meta intercalar ascende a 61kg/hab/ano.

Ainda que o atual período de reporte, possa não permitir uma avaliação comparável face à meta intercalar, em virtude de os horizontes temporais não serem iguais, conforme ilustrado na apresentação gráfica seguinte, é possível concluir que o desempenho da Empresa nesta métrica se encontra bastante positivo, com a evolução dos resultados mensais do cumprimento das duas metas, não obstante destes resultados terem sido prejudicados de forma muito acentuada, de forma consistente com intervalo temporal de evolução da pandemia COVID19.



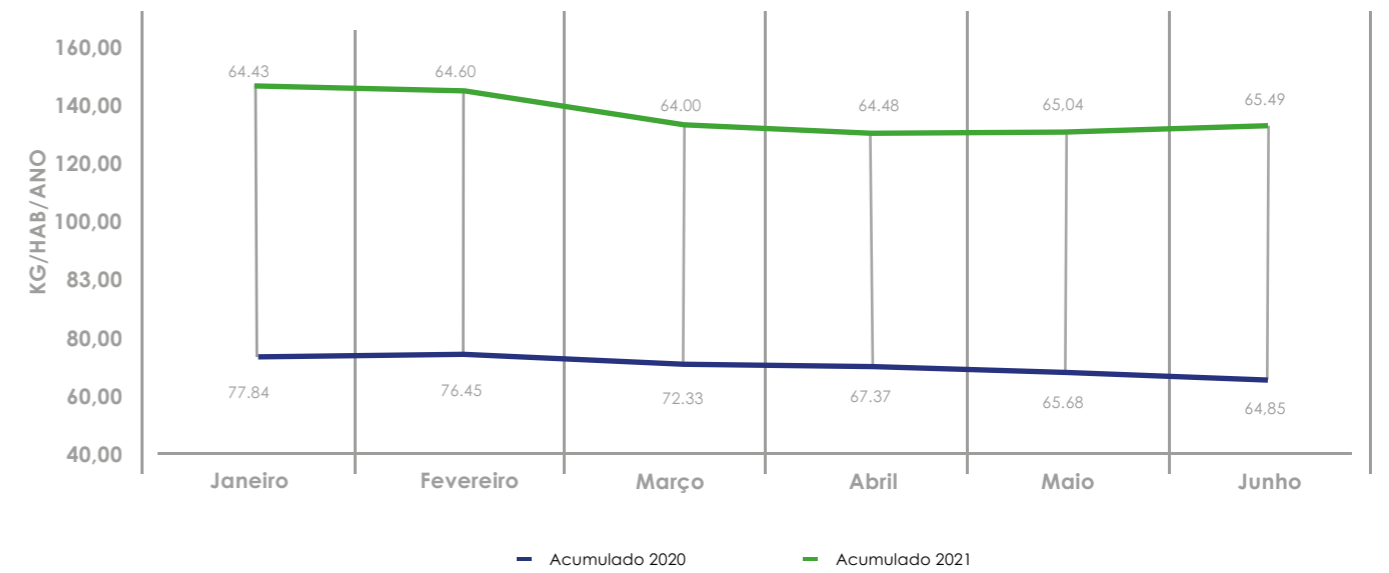
4.2.1. Meta de preparação para a reutilização e reciclagem

META DE PREPARAÇÃO PARA REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM



4.2.2. Meta de retomas com origem em recolha seletiva

META DE PREPARAÇÃO PARA REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM





4.3. Planeamento, Investigação e desenvolvimento

As áreas de Planeamento, Investigação e Desenvolvimento (PI&D) da **PortoAmbiente** tem merecido forte enfoque por parte da Administração da Empresa, por se acreditar que este será o caminho para as melhores práticas, e consequentemente melhores resultados.

No que respeita ao planeamento, o trabalho desenvolvido consiste numa gestão, avaliação e adaptação contínua dos serviços já em operação, nomeadamente ao nível dos equipamentos de deposição de resíduos, dos serviços de recolha porta a porta residencial e não residencial e dos serviços de varredura e lavagem de arruamentos no âmbito da limpeza urbana. A componente de investigação e desenvolvimento passa pela identificação de necessidades/oportunidades de melhoria dos serviços e de desenvolvimento de novos projetos, assegurando a sua conceção e operacionalização e a articulação com entidades parceiras para o seu desenvolvimento, nomeadamente ao nível dos projetos comunitários.

O PI&D assegura ainda o reporte anual de informação à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), para avaliação da qualidade do serviço de gestão de resíduos.



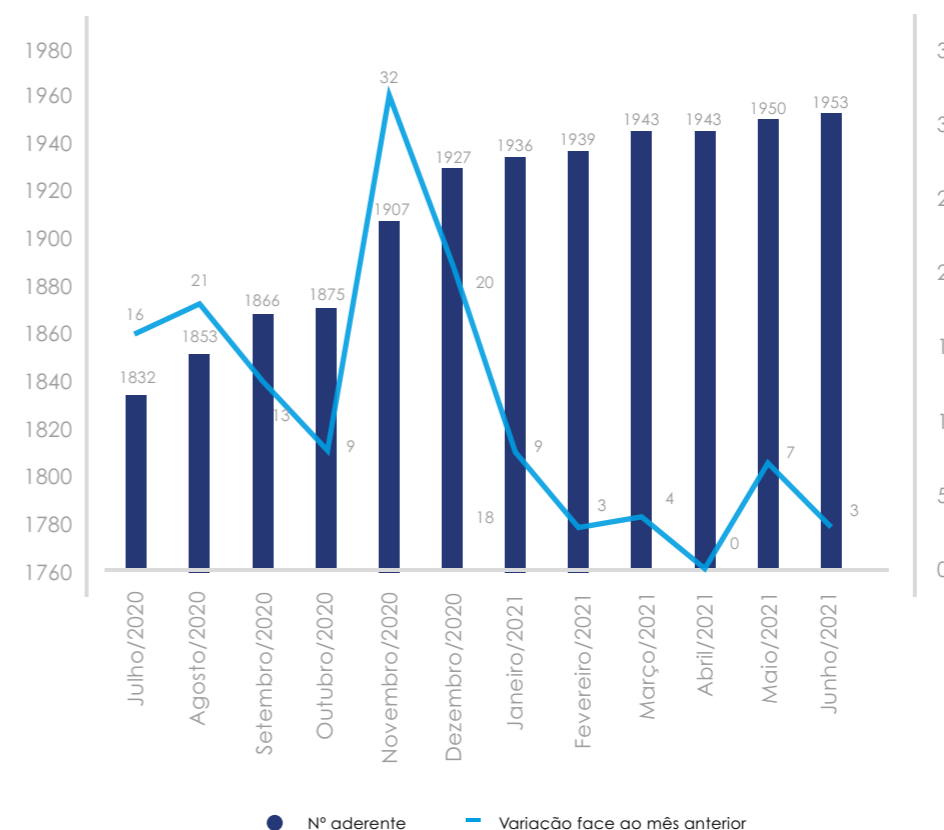
4.3.1. Recolha Porta a porta (PaP)

4.3.1.1. Residencial

O projeto de recolha porta a porta residencial foi implementado em 2018, tendo vindo desde então a registar uma progressiva evolução. Este sistema de deposição permite a separação dos tradicionais fluxos – papel, vidro e embalagens, bem como dos resíduos orgânicos.

Durante o ano de 2021 foi mantido o registo de aumento do número de adesões ao sistema, tendo o período findado com número total de 1 953 aderentes. Graficamente, a evolução do número de aderentes poderá ser analisada da seguinte forma:

Evolução do número de aderentes PaP





No que diz respeito aos quantitativos de recolha, apresentam-se em seguida as quantidades de cada fluxo de resíduo recolhidas em 2021:

Montantes em Kg							
Período	Embalagens	Embalagens	Papel	Vidro	Orgânicos	Indiferenciados	TOTAL
Junho 2020	Quantidades	67 300	87 320	75 620	189 300	270 520	690 060
	Ponderação	10%	13%	11%	27%	39%	100%
Junho 2021	Quantidades	67 790	83 590	85 940	183 790	284 340	705 400
	Ponderação	10%	12%	12%	26%	40%	100%
Variação homóloga	Quantidades	490	-3 730	10 320	- 5 560	13 820	15 340
	Ponderação	3%	-24%	67%	-36%	90%	100%
	Variação relativa	1%	-4%	14%	-3%	5%	2%

Sublinhamos que no âmbito do sistema de recolha PaP residencial cerca de 60% dos resíduos recolhidos correspondem à fração seletiva.

4.3.2. Avaliação da qualidade pela ERSAR

Anualmente é realizado o reporte de informação à ERSAR no âmbito da avaliação da qualidade do serviço de gestão de resíduos. A informação a reportar reúne dados de todas as componentes relacionadas com o serviço de gestão de resíduos, nomeadamente, o número e localização dos equipamentos de deposição, as quantidades de resíduos recolhidos e transportados, o combustível e a distância percorrida durante a execução do serviço, os recursos humanos afetos ao serviço, entre outros.

Os resultados desta avaliação têm sido, na sua generalidade, muito positivos, e poderão ser consultados no portal do regulador, ou na página da internet www.portoambiente.pt.

Por outro lado, e conforma já enaltecido na mensagem do Conselho de Administração, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) atribuiu, na sua cerimónia de 27 de outubro de 2020 no âmbito do 14º Fórum Resíduos, os selos de qualidade aos serviços de gestão de resíduos urbanos, tendo a **PortoAmbiente** sido uma das 7 entidades distinguidas (num universo de 255). As entidades distinguidas com os Selos de Qualidade ERSAR evidenciam-se por assegurar o cumprimento, no decorrer

do último período com avaliação regulatória, de um conjunto de critérios previstos no regulamento da iniciativa "Prémios e Selos de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos".

4.3.3. Projetos financiados

4.3.3.1. Orgânico

Na sequência do Aviso POSEUR-11-2018-14 "Investimentos de Recolha Seletiva de Resíduos Urbanos Biodegradáveis, destinada a aumentar a valorização orgânica de resíduos", a **PortoAmbiente** apresentou a candidatura "Orgânico. – Recolha Seletiva de biorresíduos no Porto". Esta candidatura, aprovada em junho de 2019, apresenta um investimento global de 1 650 558 euros, com uma taxa de cofinanciamento de 85%.

O Orgânico é um projeto de recolha seletiva de biorresíduos, que compreende a implementação de duas Ações que visam potenciar a valorização orgânica de resíduos, com os objetivos de aumentar os quantitativos e assegurar a qualidade dos resíduos recolhidos. As Ações previstas são as seguintes:

- Ação 1 – Recolha seletiva de resíduos orgânicos;
- Ação 2 – Recolha seletiva de resíduos verdes.

A Ação 1, que irá abranger mais de 64 500 habitantes, representando cerca de 30% da população do Porto, consiste na implementação da recolha seletiva de resíduos orgânicos alimentares no setor residencial, em áreas de elevada densidade populacional e com prédios em altura.

Esta ação será executada com recurso equipamentos de deposição seletiva individuais, e de proximidade, para resíduos orgânicos, dotados de sistemas de controlo de acesso que promovam a qualidade dos resíduos recolhidos.

Uma campanha de informação, educação e sensibilização ambiental será dinamizada no decorrer da Ação 1, destinada à divulgação do Projeto e boas práticas ambientais.

As viaturas de recolha afetas à recolha de resíduos orgânicos (duas viaturas de 19 toneladas e uma viatura de 16 toneladas, dotadas com um sistema de lavagem de contentores) serão, em linha com a estratégia do Município do Porto, movidas a gás



natural.

Com a Ação 1 estima-se um aumento em cerca de 4 000 ton./ano de resíduos orgânicos recolhidos seletivamente.

A implementação da Ação 2 tem como objetivo expandir a recolha seletiva de resíduos verdes, no setor residencial e não residencial, nas infraestruturas municipais, em instituições públicas e locais de grande produção.

A aplicação da Ação 2 irá ocorrer de duas formas distintas: entrega de 10 000 sacos reutilizáveis para deposição de resíduos verdes a pequenos produtores e aderentes residenciais ao serviço de recolha; disponibilização de 100 contentores de maior capacidade nos locais de maior produção de resíduos verdes, nomeadamente prédios, urbanizações e infraestruturas municipais.

Tal como se verificou na recolha seletiva de resíduos orgânicos, também a recolha seletiva de resíduos verdes prevê a realização de uma campanha de comunicação e sensibilização, no seguimento de outras campanhas já realizadas com a mesma temática.



Com a operação da Ação 2 prevê-se a recolha adicional de 1 600 ton./ano de resíduos verdes.

O projeto Orgânico teve o seu início oficial no segundo semestre de 2019, sendo a previsão inicial para o seu termino, o segundo semestre de 2021. De sublinhar que, a recente situação de pandemia e a incerteza quanto às recomendações de proximidade social levaram a um adiamento da implementação no terreno deste projeto, tendo o mesmo arrancado em finais de abril de 2021, e cujos resultados a 30 de junho de 2021 já se revelam extremamente otimistas e motivadores para a **Porto Ambiente**, conforme sinteticamente apresentados:

- Cerca de 24 mil habitações visitadas;
- Cerca de 17 mil contactos com sucesso;
- Cerca de 16,5 mil clientes angariados (95%).



4.3.3.2. Cityloops

O CityLoops é um projeto liderado pelo ICLEI – Local Governments for Sustainability, financiado no âmbito do Horizonte2020, que se baseia na colaboração entre um conjunto de parceiros para a implementação de ações destinadas a aumentar a circularidade na utilização de materiais, com foco nos resíduos de construção e



demolição e na matéria orgânica.

No âmbito do CityLoops, sete cidades europeias piloto - Høje-Taastrup e Roskilde (Dinamarca), Mikkeli (Finlândia), Apeldoorn (Holanda), Bodø (Noruega), Porto (Portugal) e Sevilha (Espanha) – irão desenvolver uma série de ações de demonstração e atividades com o objetivo de tornar os resíduos de construção e demolição (RCD) e os resíduos orgânicos em materiais circulares.

As fases do Projeto consistem na preparação, demonstração e replicação das estratégias a desenhar por cada cidade piloto, e com o desenvolvimento e teste de ferramentas e processos inovadores na temática dos RCD e dos resíduos orgânicos. A Cidade do Porto é representada, neste consórcio, pela **Porto Ambiente**, Câmara Municipal do Porto e LIPOR.

No caso do Porto, a participação no CityLoops tem como tema os resíduos orgânicos, nomeadamente a prevenção da sua produção e a promoção da recolha seletiva no setor residencial, no setor do turismo e em instituições de cariz social.

À semelhança das restantes cidades piloto, o Porto irá desenvolver e implementar uma estratégia que permita atingir os objetivos estabelecidos, de prevenção e promoção da recolha, que irá servir de caso de estudo, de forma a avaliar a sua replicabilidade noutras cidades, incluindo as parceiras do Projeto.



Uma das atividades a desenvolver no Porto servirá de complemento ao projeto Orgânico, e consistirá na implementação da recolha seletiva de resíduos orgânicos no setor residencial, em áreas de elevada densidade populacional e com prédios em altura. Assim, tal como no projeto Orgânico, está prevista a aquisição de contentores de proximidade para deposição seletiva de resíduos orgânicos, que serão integrados na rede de ecopontos já existente. Contentores de pequena capacidade, de uso individual, serão entregues em cada alojamento abrangido pelo Projeto.

O CityLoops teve o seu arranque oficial em outubro de 2019 e terminará em setembro de 2023.

Em dezembro de 2020 foi lançado o procedimento para a aquisição dos contentores de proximidade, tendo sido iniciada a receção dos primeiros equipamentos em abril de 2021. À semelhança do mencionado no âmbito do POSEUR, a atual situação de pandemia e a incerteza quanto às recomendações de proximidade social, levaram a uma necessidade de revisão daqueles prazos, estimando-se que o seu arranque seja verificado no decurso do próximo trimestre.

4.3.3.3. Interwaste

O projeto INTHERWASTE - Interregional Environmental Integration of Waste Management in Europe Heritage Cities, integrado no programa de financiamento Interreg Europe do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (FEDER), tem como objetivo promover a gestão eficiente e sustentável dos resíduos urbanos em cidades europeias com zonas históricas classificadas como património. Baseando-se na partilha de experiências e conhecimentos entre cidades que se deparam com os mesmos desafios ao nível da gestão de resíduos, o INTHERWASTE promove a aprendizagem mútua entre os seus parceiros, contribuindo para a aquisição de conhecimentos e boas práticas que possam vir a ser integrados na definição de novas políticas de gestão e planos de ação, no sentido da melhoria da eficiência dos sistemas de gestão de resíduos urbanos.

A cidade do Porto é uma das cinco cidades parceiras, juntamente com Córdoba (Espanha), Cracóvia (Polónia), Talin (Estónia) e Ibiza (Espanha), sendo a coordenação assegurada pela ACR+, Associação das Cidades e Regiões para a Gestão Sustentável dos Recursos.



O projeto teve início em março de 2016 e terá uma duração de 5 anos, estando a sua conclusão prevista para março de 2021. Em termos de estrutura, este divide-se em duas fases. A primeira fase, que consistiu na partilha de experiências e boas práticas, culminou em março de 2019 com a elaboração dos Planos de Ação por cada uma das cidades parceiras. Estes planos, que consistem num conjunto de ações direcionadas para a gestão de resíduos nos centros históricos, foram inspirados na partilha de experiências e serão implementados na segunda fase do projeto, que teve início em abril de 2019 e terá uma duração de 2 anos.

Neste seguimento, de modo a suportar o desenvolvimento do Plano de Ação, a **Porto Ambiente** realizou um conjunto de visitas bilaterais com o intuito de explorar de forma mais aprofundada algumas das boas práticas partilhadas. Estas reuniões tiveram início em 2018, com uma visita a um centro de receção e reparação de materiais em Nice. Seguiu-se uma visita a Cracóvia, com os objetivos de compreender melhor o funcionamento e estrutura de um Ecocentro local, bem como a organização e logística dos sistemas de recolha porta-a-porta residencial e de monitorização e fiscalização. A terceira e última reunião bilateral foi realizada no início de 2019, com comitiva do Porto constituída pela Administração da **Porto Ambiente** e um representante do Pelouro do Urbanismo, consistindo numa visita a Córdoba dedicada a explorar os compartimentos de receção de resíduos existentes no centro histórico da Cidade.

Em colaboração com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP),



no início de 2019 foi desenvolvido o Plano de Ação do Porto, que consiste em duas principais ações e um conjunto de três ações de suporte:

- Ação 1: criação de compartimento(s) para a deposição de resíduos na zona histórica;
- Ação 2: implementação de um sistema de recolha seletiva porta-a-porta residencial, numa área restrita do centro histórico;
- Ação 3: revisão da regulamentação municipal para a gestão de resíduos e limpeza urbana;
- Ação 4: desenvolvimento de uma estratégia de comunicação que promova a adaptação e transição às novas componentes do sistema de gestão de resíduos;
- Ação 5: revisão do plano de ação municipal (PAPERSU) de modo a incluir as ações específicas para o centro histórico, previstas neste plano.

Em fevereiro de 2021 foi realizado o evento final do projeto, em formato online, que contou com a apresentação dos resultados obtidos durante os anos de duração do projeto, e a prospeção de futuras colaborações em novos projetos.

4.3.3.4. Interreg Sudoe - Ecoval

ECOVAL é um projeto candidato ao Interreg da região Sudoe (Espanha, sul de França e Portugal), financiado através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). A candidatura do projeto ECOVAL visa os seguintes objetivos:

- Valorização dos resíduos orgânicos e lamas para obter produtos biológicos de alto valor agregado;
- O desenvolvimento de cadeias de valor através da aplicação de processos biotecnológicos inovadores (tecnologias de fermentação anaeróbia) e a sua otimização para a obtenção de ácidos gordos voláteis;
- Demonstração em escalas representativas de diferentes formas de seleção e purificação desses produtos, bem como a conformidade com as qualidades exigidas para aplicação comercial, mais concretamente na indústria petroquímica e a integração da economia circular, promovendo a redução de resíduos e a proteção ambiental.



O promotor do projeto é a CETAQUA, Centro Tecnológico del Água da Galiza. Os restantes parceiros do projeto são:

- Junta de Castilla y León (Espanha)
- FEUGA (Espanha)
- USC (Espanha)
- INSA (França)
- NEREUS (França)
- Águas de Portugal (Portugal)

As responsabilidades da **Porto Ambiente** no ECOVAL incluem a integração em grupos de trabalho para a realização de um estudo económico social e ambiental da gestão de resíduos na região SUDOE, a criação de uma base de dados para quantificar a produção deste tipo de resíduos, a identificação das barreiras legais que impedem a valorização deste tipo de resíduos e campanhas de sensibilização para promover uma alta qualidade separação de resíduos.

No primeiro semestre de 2020, a **Porto Ambiente** participou no desenvolvimento da candidatura, a qual foi submetida pela CETAQUA tendo, no passado dia 21 de outubro, a **Porto Ambiente** tomado conhecimento de que a mesma foi objeto de aprovação. Os trabalhos iniciaram em janeiro de 2021, com a elaboração de um modelo de base de dados. Este modelo foca-se na recolha de dados da gestão de biorresíduos e tem

como objetivo ser distribuído pelas várias entidades gestoras de biorresíduos no Espaço SUDOE.

4.3.3.5. ORGÂNICO – Recolha seletiva de biorresíduos - II

O “Orgânico - Recolha seletiva de biorresíduos no porto – II” é um projeto de recolha seletiva de biorresíduos, candidatado em fevereiro de 2021 no âmbito do Aviso PO SEUR-11-2020-15, que compreende a implementação de duas Ações que visam potenciar a valorização orgânica de resíduos, com os objetivos de aumentar os quantitativos e assegurar a qualidade dos resíduos recolhidos. As Ações previstas são as seguintes:

- Ação 1 – Recolha seletiva de resíduos orgânicos;
- Ação 2 – Recolha seletiva de resíduos verdes.

De salientar que ambas as Ações se focam na recolha seletiva de biorresíduos nos setores residencial e não residencial.

Este projeto, cuja candidatura foi aprovada no decurso do presente trimestre, visa a continuação do projeto “Orgânico” aprovado no âmbito do Aviso PO SEUR 11-2018-14, procurando, nomeadamente:

- desenvolver a construção de um circuito para a recolha seletiva de resíduos orgânicos no setor residencial e um circuito de recolha no setor não residencial (com cerca de 200 aderentes);





- a criação de um sistema de recolha de resíduos verdes direcionado para estabelecimentos de ensino, urbanizações e instituições, bem como para a recolha no setor residencial;

4.3.3.6. EEA Grants - Asprela + Sustentável

O projeto "Asprela + Sustentável" é uma candidatura ao programa EEA Grant que tem como objetivo de criar o km² mais sustentável da cidade, através de um projeto mobilizador e aglutinador que junta um capital apenas disponível através da partilha de conhecimento e experiência de entidades tão distintas quanto a academia, as instituições de saúde ou organizações municipais. Assim, o projeto pretende desenvolver novas ações e interligar as mesmas com um conjunto de medidas que as entidades existentes no território estão a implementar criando um efeito multiplicador apenas possível no território selecionado.

O projeto resulta de uma parceria entre várias entidades de relevo, quer no Município do Porto, quer a nível internacional, nomeadamente: COOPÉRNICO – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável, Município do Porto, AdEPorto – Agência de Energia do Porto, Associação Porto Digital, Empresa Municipal de Ambiente do Porto, CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial, INESC-TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, EFACEC Electric Mobility, EFACEC Energia – Máquinas e Equipamentos Eléctricos, Virtual Power Solutions, EVIO – Electric Mobility, FAP – Federação Académica do Porto, IDNA – International Development Norway Association.

Neste contexto, a **Porto Ambiente** terá como papel o desenvolvimento da tarefa de disseminação e divulgação do programa Asprela +++ a nível nacional e internacional, como forma de promoção do projeto, pretendendo também dar visibilidade e destacar o contributo dos EEA Grants a nível regional, nacional e internacional, sublinhando a sua importância em projetos relevantes no que diz respeito à sustentabilidade, descarbonização, circularidade e combate às alterações climáticas.

Esta tarefa engloba as seguintes atividades:

- Ações de comunicação;

- Ações de sensibilização;
- Ações de informação.

A candidatura ao programa EEA Grants foi aprovada em março de 2021 e está agora em fase de assinatura de contrato.

4.4. Ecocentros

A **Porto Ambiente** tem sob a sua responsabilidade 2 ECOcentros, o ECOcentro da Prelada e o ECOcentro das Antas.

Enquanto o Ecocentro da Prelada se entra mais direcionado para servir os munícipes e empresas sedeadas na cidade do Porto, ECOcentro das Antas dá particular enfoque nos serviços da **Porto Ambiente**.

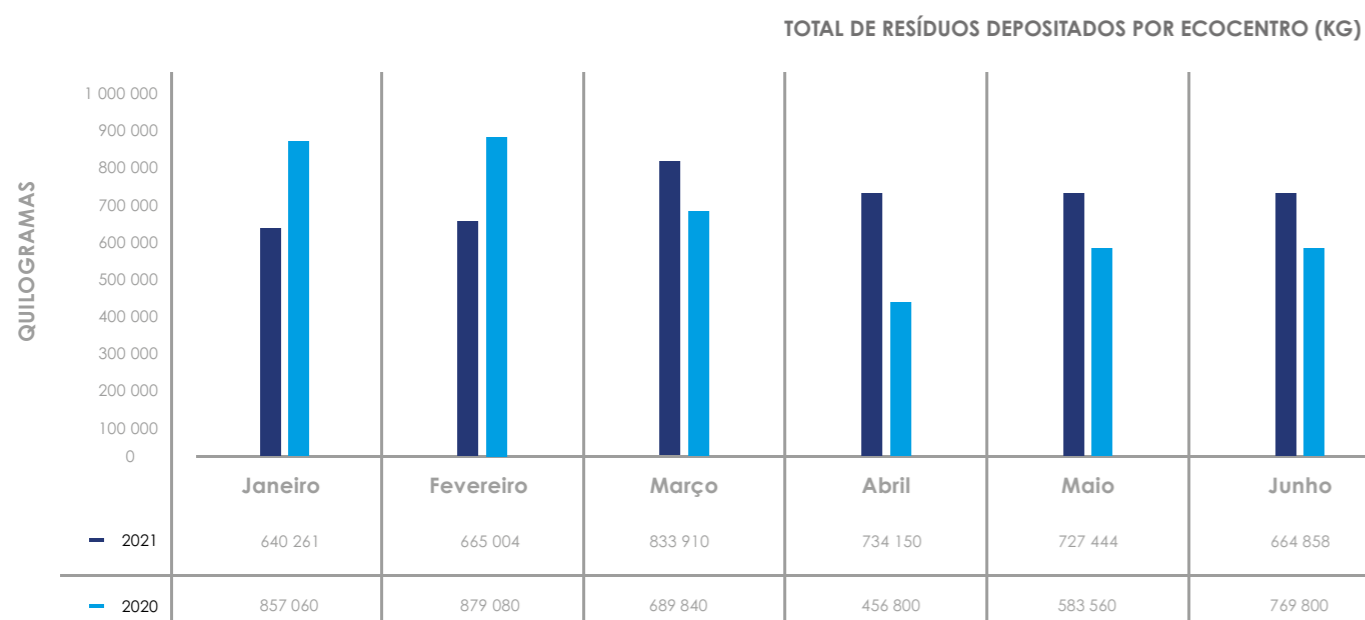
4.4.1. Quantitativos

No primeiro semestre de 2021, os ECOcentros do Porto, rececionaram cerca de 4 265 627 kg de resíduos que foram encaminhados para operadores finais licenciados. O volume de descargas em janeiro, fevereiro e junho manteve-se estável em voltas das 650 ton, tendo sido registado um maior crescimento nos períodos de março, abril e maio.

De referir ainda que no final do mês de março, foram adquiridas 7 caixas novas para afetação aos dois ECOcentros, assim como pelo centro de transferência do Castelo do Queijo, tendo este investimento contribuído de forma relevante para o aumento dos níveis de disponibilidade dos ECOcentros.

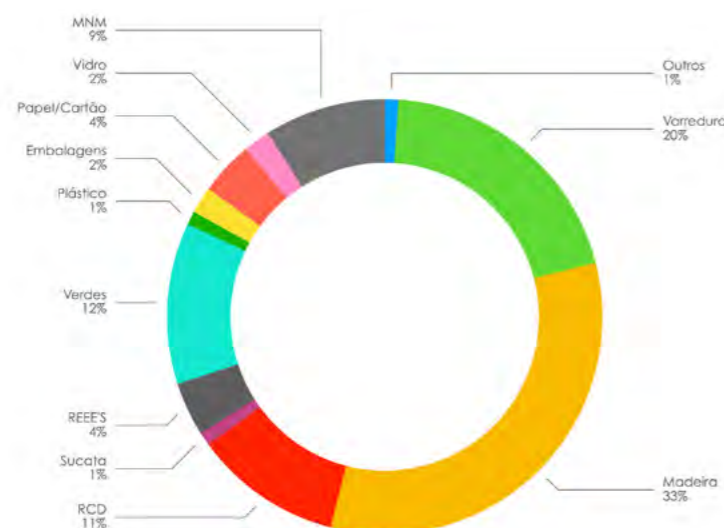


4.4.1.1. Total de resíduos depositados nos ECOcentros Porto (Kg)



4.4.1.2. Fluxo de resíduo

No período, os resíduos depositados nos ECOcentros apresentam a seguinte distribuição:



4.4.1.3. Tipologia e número de utilizadores

Das análises realizadas neste âmbito, é possível verificar que o ECOcentro das Antas é mais utilizado pelas equipas internas da **PortoAmbiente**, assim com pelo nosso prestador de serviços de Limpeza, sendo o ecocentro da Prelada, o mais vocacionado pelo utilizador particular.

Durante o 2º trimestre os ecocentros do Porto receberam cerca de 8 019 visitas, sendo de referir que cerca de 67% dos utilizadores particulares, frequentam o ecocentro da Prelada (1 760 utilizadores).

4.5. Unidade orgânica de fiscalização

Com a publicação de dois instrumentos regulamentares essenciais à atividade da Empresa, a 7 de janeiro de 2019, o Regulamento de Serviço, que define as regras a que obedece a prestação pela **PortoAmbiente** dos serviços de gestão de resíduos urbanos e de limpeza do espaço público e, a 3 de janeiro, o Regulamento de Fiscalização, que define as regras a que obedece a fiscalização, pela **PortoAmbiente**, do cumprimento das regras relativas à prestação dos serviços de gestão de resíduos urbanos e de limpeza do espaço público, foi constituída naquele ano a Unidade Orgânica de Fiscalização e Atividade não Regulada (UOF), a qual visa a fiscalização do cumprimento do Regulamento de serviço.



4.5.1. Sensibilização

A sensibilização tem vindo a ser uma das principais apostas da **PortoAmbiente**, procurando envolver os munícipes nas ações da Empresa, e partilhando a visão da Empresa sobre e disponibilizando ferramentas para uma melhor tomada de decisão.



Neste âmbito, o ano de 2021 foi iniciado com grande ambição, ainda que rapidamente tenha sido reorganizado como consequência da evolução da crise pandémica e limitações governamentais impostas.

No que respeita às campanhas de sensibilização, no atual período não se realizaram campanhas de sensibilização gerais por não ter havido oportunidade, ao nível da disponibilidade de recursos, para a sua realização, havendo outras prioridades de atuação. Ainda nesta componente, foi promovida a reformulação do serviço de recolha seletiva multimaterial porta-a-porta na Baixa da cidade, efetuando a abordagem aos aderentes e a entrega de sacos, assim como com a reformulação do serviço de recolha de orgânicos porta-a-porta, efetuando a abordagem aos aderentes.

4.5.2. Processos de contraordenação

Com a entrada em vigor do Regulamento de fiscalização, e ainda que condicionada pelas limitações impostas pela atual crise pandémica, manteve-se a densificação da intervenção das equipas de sensibilização e fiscalização junto dos comerciantes. No âmbito da atividade de fiscalização preventiva foram efetuadas 476 ações

de sensibilização no seguimento da deteção de prática de infrações, no âmbito da gestão de resíduos e da limpeza do espaço público, tendo sido instaurados 6 processos de contraordenação.

Consideramos ainda que o trabalho até agora desenvolvido pela Fiscalização também está refletido nestes números, verificando-se que muitos estabelecimentos já sensibilizados e até atuados, cumprem agora com as indicações fornecidas. Nesse sentido – e sempre assim foi expectável – o número de processos de contraordenação tem vindo a atenuar. De notar que, até ao momento, o nosso âmbito de intervenção tem sido (quase) sempre o setor não doméstico pelo que, muito haverá ainda a fazer noutros setores.

Em paralelo, foi retomada a formação ambiental, tendo sido já ministradas 2 sessões em 19 estabelecimentos, encontrando-se mais 21 estabelecimentos comerciais em processo de agendamento, o que dá um total de 40 processos de formação ambiental em curso, neste segundo trimestre.

Não obstante a conjectura recentemente experienciada por todos, e ainda presente, bem como o facto de terem sido priorizadas algumas áreas de atuação, têm sido desenvolvidos grandes progressos em termos de sensibilização, de formação ambiental, do projeto da sacaria e do alargamento da rede de clientes na adesão ao serviço de recolha porta a porta.

4.5.3. Gestão de clientes

Neste âmbito, foram realizadas 57 (87 no total do ano) adesões à recolha de Resíduos Orgânicos, sendo um número significativo das adesões de supermercados e de cantinas, valores aos quais acrescente 9 reativações, conforme se detalha:

Descrição	Abril	Maio	Junho
Adesões - Resíduos Multi-Material (MM)	16	8	16
Total de clientes	430	438	455



Acresce ainda que a atividade comercial, que tem sido um dos enfoques da **PortoAmbiente**, retomou o serviço de acompanhamento contínuo e especializado aos clientes, por consequência do alívio das medidas de restrição as atividades económicas começaram a laborar gradualmente. Um indicador desta evolução favorável, resulta da distribuição de sacos que as nossas equipas efetuam junto dos clientes, a qual, como se ilustra em seguida, tem verificado um crescimento favorável nos últimos meses:

Entrega de sacos	Abril	Maior	Junho
Amarelos	2 645	4 225	4 005
Azuis	2 765	4 385	4 180
Verdes	1 365	2 145	2 090
Total de sacos entregues	6 775	10 755	10 275

4.5.4. Fiscalização da Limpeza do espaço público

A área da Limpeza do Espaço Público é constituída por duas equipas distintas, uma alocada à Fiscalização do Contrato de Limpeza do Espaço Público e outra alocada à Limpeza de Fachadas e mobiliário urbano.

Dentro das competências atribuídas aos encarregados/fiscais do contrato de concessão, foram realizadas ações de fiscalização à alocação dos meios previstos nos pontos constantes no caderno de encargos, a processos Ecolinha e a ações aleatórias de monitorização da qualidade de serviço prestado. No decorrer das ações de monitorização, quer do contrato quer a equipamentos ou locais, é também



recolhida e posteriormente enviada ao prestador de serviço a localização de OFU's para recolha. No corrente trimestre, foram executados 41 837 Km de varredura (cerca de 82 mil Km no total do ano de 2021), a que corresponde a uma taxa de execução de 99,97%, tendo ainda sido foram intervencionados 570 arruamentos num total de 188,132 km lineares.

Em 2021, como consequência indireta da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, a **PortoAmbiente** passou a assegurar a operação da Limpeza das praias. Esta operação, prevê, entre outros, a limpeza dos areais e rochas (cerca de 2,5 Km), bem como a recolha dos resíduos depositados nos Ecopontos e Papeleiras instaladas nos areais, garantindo-se assim a remoção de todo o tipo de desperdícios provenientes da atividade dos utentes das praias, resíduos transportados pelo mar e depositados na areia pela ação das marés, resíduos transportados pelos ventos e objetos abandonados. Para a concretização dos seus objetivos, esta operação, executada duas vezes ao dia, 7 dias por semana durante a atual época balnear, garante a afetação de 14 meios humanos e 4 meios mecânicos, realizando igualmente a oxigenação e desinfestação dos areais em dois períodos distintos, entre as 06H00 e as 13H00 e as 18H00 e as 22H00.

4.5.5. Limpeza de fachadas

No decorrer do ano de 2021, a atividade da limpeza de fachadas executou uma a limpeza de um total de total de 73 mil m² de área vandalizada. Cerca de 59 mil m² por remoção com pintura e de 14 mil m² por remoção com sílica.



4.6. Recursos humanos

Ao nível dos Recursos Humanos, o quadro de pessoal da **PortoAmbiente** era composto, em 30 de junho de 2021, por 359 elementos, conforme detalhado em seguida

4.6.1. Evolução orgânica

#	Cargo	N.º de colaboradores		
		30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2020
1	Administrador executivo	1	2	2
3	Diretor	4	2	2
2	Coordenador	3	5	4
4	Assessor Jurídico da Administração	1	1	1
5	Técnico superior	17	14	14
6	Secretária do Conselho de Administração	1	1	1
7	Assistente Técnico Sensibilizador e/ou Fiscal	13	15	12
8	Outros Assistentes Técnicos	3	5	5
9	Administrativo	7	8	8
10	Encarregado Operacional Geral	3	3	3
11	Encarregado Operacional de apoio à operação de GRU	10	10	8
12	Encarregado Operacional de apoio à gestão do contrato	9	9	8
13	Assistente Operacional - Motorista	88	86	90
14	Assistente Operacional - Cantoneiro	199	191	193
Total		359	352	351

4.6.2. Absentismo

Na **PortoAmbiente**, o absentismo tem um impacto muito significativo na operação, pois a recolha de resíduos na cidade obriga à utilização de todas as viaturas disponíveis, as quais, para poderem funcionar plenamente, necessitam de um número pré-definido de colaboradores. Assim, se um motorista/cantoneiro faltar, a viatura não poderá sair e a recolha daquele circuito não é efetuada. Para evitar este tipo de constrangimentos, a **PortoAmbiente** necessita de um quadro de colaboradores ligeiramente superior àquele que, à partida, seria exigido.

No primeiro trimestre de 2021 a taxa de absentismo da **PortoAmbiente** ascendeu a 5,1%, tendo-se verificado uma descida face ao período homónimo de 2020 (6,7%) e principalmente face ao resultado global daquele ano, o qual, recorda-se, foi muito condicionado pelo aparecimento da pandemia mundial COVID19.

4.6.3. Formação

A **PortoAmbiente** valoriza o desenvolvimento profissional e pessoal de todos os seus colaboradores, dando particular atenção à formação profissional que considera ser um fator potenciador das capacidades individuais e do desempenho das suas funções.

Apesar de ter estado parcialmente condicionada no início deste trimestre, foi já possível realizar várias iniciativas formativas, quer internas, quer externas, conforme se apresenta:

Descrição	2º Trimestre
Nº Formações	42
Nº Formações Internas	20
Nº Formações Externas	22
Nº Formandos	338
Nº Formandos Formação Interna	218
Nº Formandos Formação Externa	120
Volume Horas Total	1630
Volume Horas Formação Interna	303
Volume Horas Formação Externa	1327

4.6.4. Saúde e Segurança no Trabalho (SST)

Durante o segundo trimestre de 2021 a área da saúde e segurança no trabalho assegurou a execução das atividades habitualmente por si habitualmente exercidas, nomeadamente:

- (a) Realização de exames de admissão, periódicos e ocasionais:
 - Admissão: 25;
 - Periódicos: 29;
 - Ocasionais: 7;
- (b) Entrega de Equipamentos de Proteção Individual ajustados a cada posto de



trabalho:

- Abril: 188 + 26 552 EPI's relacionados com Pandemia COVID-19;
- Maio: 395 + 28 042 EPI's relacionados com Pandemia COVID-19;
- Junho: 332 + 25 904 EPI's relacionados com Pandemia COVID-19.

(c) Realização de ações de formação e sensibilização em matérias de saúde e segurança:

- Acolhimento: 11 (21 colaboradores);
- Acompanhamento: 9
- Utilização e conservação de EPI (máscara completa proteção químico e

poeiras): 2

- Especificações de serviço de recolha com Grua: 8
- Especificações de serviço de recolha carga traseira: 4.

(d) Acompanhamento in loco das tarefas realizadas pelos colaboradores:

- Abril: 13
- Maio: 17
- Junho: 11

Identificação, gestão e monitorização de casos suspeitos da doença COVID-19, em cooperação com os RH e Dir. Operação:

- 2 pessoas ausentes (1 casos suspeitos, 1 contacto próximo)
- Total de 0 casos confirmados neste período

Para além das atividades normalmente desenvolvidas, embora, ainda, condicionadas, foram desenvolvidos vídeos para reforçar/consolidar a realização das tarefas em matéria de segurança, e, ainda, com o objetivo de melhorar a perceção aquando da formação de acolhimento.

Foi implementada a obrigatoriedade de utilização de capacetes nos circuitos de carga traseira, oferecendo proteção contra pancadas e quedas de objetos, assim como contra queda em altura.

Na sequência da continuidade da deteção de irregularidades em algumas CRR's, foram elaborados relatórios de avaliação de risco, com vista a propor soluções para que o risco fosse eliminado, ou não sendo possível, reduzido.

4.7. Ecolinha

A ECOLinha é um serviço gratuito de atendimento (telefone ou via e-mail) que permite aos cidadãos apresentarem pedidos, sugestões ou reclamações, relacionados com:

- Recolha ao domicílio de objetos fora de uso;
- Recolha de resíduos colocados nos equipamentos de deposição;
- Recolha de resíduos indevidamente abandonados na via pública;
- Colocação/deslocação de equipamentos de deposição;
- Limpeza, lavagem e desvagem da via pública;
- Limpeza de grafitis.



Em conformidade com o estabelecido com a Autarquia e no âmbito do projeto do número único, o front-office (atendimento telefónico) da Ecolinha foi transferido, em 2020, para a CMP, tendo o back-office deste serviço continuado sob tutela desta empresa.

4.7.1. Número total de pedidos

Analisando a evolução do número total de pedidos registados no período, é possível constatar, desde logo, o considerável aumento do número global de pedidos recebidos. No último trimestre, a Ecolinha recebeu um total de 7 312 pedidos, enquanto no período homologado do ano anterior, tinha recebido 3 808. Ou seja, quase



duplicou o número de pedidos recebidos (+92%).

Período	2020	2021	variação (%)
1 Trimestre	3 077	2 799	-9%
2 Trimestre	3 808	7 312	92%
3 Trimestre	4 941		
4 Trimestre	3 571		
Total	15 397	10 111	

Atualmente (julho 2021), o tempo médio de resposta a estas solicitações é já inferior a 5 dias úteis, sendo ainda de referir que, excluindo os pedidos de remoção de objetos fora de uso ao domicílio, a taxa média de resposta (execução) da **PortoAmbiente** aos pedidos rececionados pela Ecolinha foi de 5,1 dias de calendário.

4.7.2. Tipologia de pedidos

Relativamente à tipologia de pedidos, o ano de 2021 tem vindo a confirmar a tendência de períodos anteriores, representando a Limpeza do espaço público e as Recolhas ao domicílio cerca de 60% do total, conforme se demonstra:

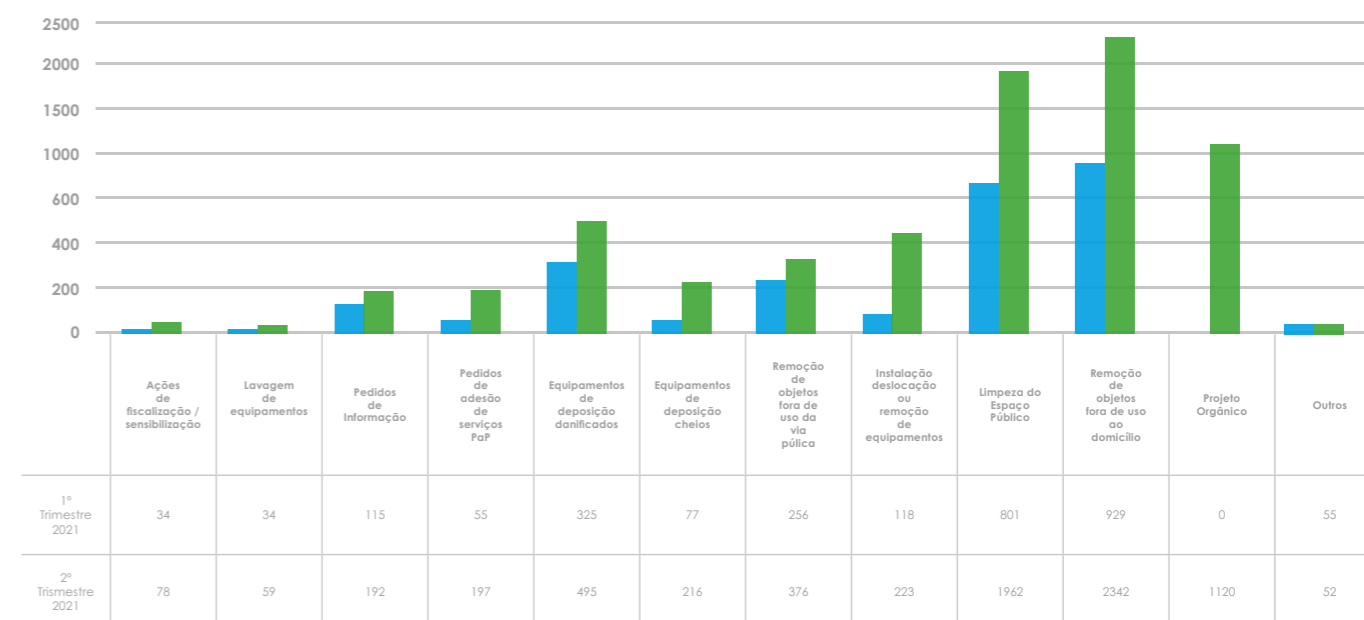


Em detalhe, da análise desta informação, destaca-se a remoção de objetos fora de uso ao domicílio, que sofreu um aumento de 89% dos pedidos recebidos, e a limpeza do espaço público, que teve um acréscimo de 50% no número de intervenções solicitadas à Ecolinha. De acordo com a informação disponível, este aumento não parece resultar de uma deterioração da qualidade do serviço, mas sim do final do segundo confinamento e conseqüente reinício da atividade económica e social na cidade.

Por último, destaca-se o aumento de 1 120 novos pedidos relacionados com o novo Projeto Orgânicos (pedidos de adesão ou pedidos de informação), ficando, também aqui demonstrado o forte interesse e adesão da cidade a este novo projeto da **PortoAmbiente**.

Relativamente aos pedidos de remoção de objetos fora de uso ao domicílio, recorda-se que estiveram suspensos durante quase todo o primeiro trimestre - por questões de segurança da saúde da população e dos nossos colaboradores - tendo sido reativados durante o passado mês de abril. Desde essa altura tem vindo a ser realizado um esforço no sentido de recuperar o atraso verificado.

A evolução do número de pedidos, por tipologia, face ao trimestre anterior, poderá ser melhor analisada graficamente, da seguinte forma:





4.7.3. Apreciação dos serviços

Finalmente e tendo em consideração o universo de munícipes que contactaram a Ecolinha durante este ano, a avaliação global dos serviços prestados pela **PortoAmbiente** poderá ser aferida pelos seguintes resultados:

Número de	1T	2T	2021
Elogios	9	17	26
Sugestões	5	70	75
Reclamações	4	1	5

4.8. Gestão da qualidade

A **PortoAmbiente** pretende continuar a evoluir no seu modelo de organização e de trabalho com o propósito de se tornar uma referência nacional e internacional no seu setor de atividade e conseguir destacar-se pelo serviço de excelência prestado aos cidadãos e pelo contributo para a inovação, promoção e proteção do ambiente. Para concretizar esta visão, toda a empresa encontra-se certificada pelo sistema de gestão da qualidade segundo o referencial ISO 9001:2015.

Sendo nosso objetivo, atuar como líder na promoção e proteção do ambiente, assegurando o envolvimento de todas as partes interessadas no cumprimento deste desígnio, associado à necessidade de desenvolver a nossa atividade de forma segura para os nossos colaboradores, formando pessoas empenhadas, qualificadas e flexíveis, capazes de se adaptar às mudanças, aumentando a sua eficiência operacional, a **PortoAmbiente** já se encontra, também, a implementar os sistemas de gestão ambiental e segurança e saúde no trabalho segundo as normas ISO 14001 e 45001, respetivamente.

4.9. Comunicação

No âmbito da Comunicação, foi ainda possível redigir notícias, para serem divulgadas no site da CMP, "Porto." relativas a ações desenvolvidas pela **PortoAmbiente**

nomeadamente, participação em projetos internacionais, alterações na gestão de resíduos e limpeza urbana, comunicação de resultados e metas atingidas, entre outras notícias, elencando-se:

Fonte	Data	Título
Porto.pt	08/01/2021	LIPOR exige ao Governo eliminação da contribuição extraordinária e do aumento da taxa de gestão de resíduos.
Porto.pt	08/02/2021	Trabalho do município na redução do uso desnecessário de plásticos foi alvo de reconhecimento.
Porto.pt	15/02/2021	Porto acelera reciclagem de resíduos verdes com o envolvimento de instituições.
Porto.pt	18/02/2021	Porto Ambiente vai instalar 500 contentores para recolha de resíduos.
Expresso	25/03/2021	Graffiti: arte ou vandalismo? A linha é ténue, mas estas pinturas custam milhões aos contribuintes
JN	06/04/2021	Reciclagem no Porto aumenta 50% em três anos
Forbes	07/04/2021	Artigo de Opinião: Porto Orgânico
Porto.pt	12/04/2021	Reciclagem aumenta 50% em apenas três anos com a Porto Ambiente
JN	18/04/2021	Mais de 100 lixeiros trabalham à noite para o Porto ficar num brinco
Porto.pt	21/04/2021	Ecocentro móvel para deposição de resíduos perigosos já está na rua
Porto.pt	22/04/2021	Porto alarga recolha de resíduos orgânicos a 60% da cidade
O Guia	22/04/2021	Porto alarga recolha de resíduos orgânicos a 60% da cidade
Voz Portucalense	24/04/2021	Porto alarga recolha de resíduos orgânicos a 60% da cidade
Marketeer	01/05/2021	Porto Orgânico: caras conhecidas da cidade abraçam projeto de recolha de resíduos orgânicos.
JN	10/05/2021	Portuenses estão a aderir à recolha seletiva de resíduos orgânicos



Fonte	Data	Título
Jornal Leça da Palmeira	13/05/2021	Caras conhecidas da cidade do Porto abraçam projeto de recolha de resíduos orgânicos
Porto Canal	23/05/2021	Município do Porto vai distribuir contentores para promover a separação de resíduos orgânicos
Caderno "País Positivo" SOL	29/05/2021	É nas cidades onde se pode fazer a diferença e mudar o paradigma!
Público	07/06/2021	País ainda tem muita margem para pôr mais gente a fazer compostagem
Ambiente Magazine	09/07/2021	Em dois meses, o "porto orgânico" já recolheu 140 toneladas de resíduos orgânicos.

4.10. Contratação pública

O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos (CCP), estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.

A Empresa Municipal de Ambiente do Porto (**PortoAmbiente**), não obstante de não revestir enquadramento enquanto entidade pública reclassificada (EPR), está por regra sujeita, tanto nas relações com a Câmara Municipal como com terceiros, às regras gerais da concorrência nacionais e europeias, encontra-se vinculada ao cumprimento das disposições aplicáveis em matéria de contratação pública (cfr. artigos 33.º e 34.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual). Esta sujeição, configurada pelo legislador como entidade adjudicante e como contraente público para efeitos da aplicação do regime no CCP (cfr. artigos 2.º, n.º 2, alínea a), e 3.º, n.º 1, alínea b), do CCP).



Do mesmo modo, a **PortoAmbiente** está sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas e ao seu controlo financeiro, não só no âmbito da constituição de empresas locais como também e sobretudo na celebração de contratos que sejam "geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras diretas ou indiretas" (cfr. artigo 23.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; artigos 44.º a 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

4.10.1. Plano anual de contratação pública

O Plano Anual de Contratação Pública implementado visa assegurar a continuidade da necessidade de aquisição, de bens e / ou serviços, no prazo adequado, observando todos os requisitos legais em vigor, nomeadamente em termo de Contratação Pública. Estes contratos, de carácter continuado no tempo, constituem o Plano Anual de Contratação.

Para o efeito, a monitorização é realizada em termos de prazo/ término do contrato e em termos de grau de execução da despesa associada a esses contratos.

Com uma periodicidade mensal é realizada a monitorização do plano destacando-se os contratos com um grau de execução superior ao parametrizado, bem como a respetiva data de término.



4.10.2. Procedimentos a destacar no ano de 2021

Do cômputo geral dos procedimentos realizado no período, consideramos de destacar os seguintes:

- Procedimento pré-contratual para o "Fornecimento de Sacos Reutilizáveis no âmbito do Projeto "Orgânico. – Recolha Seletiva de biorresíduos no Porto – PO SEUR" (Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso dos Recursos do Fundo de Coesão da União Europeia), com o Código de Projeto POSEUR – 03-1911-FC-000166.

Tipo de procedimento: Ajuste Direto Segundo Regime Geral;

- Procedimento pré-contratual para o "Fornecimento de Contentores de Superfície".

Tipo de procedimento: Concurso Público com publicidade internacional;

- Procedimento pré-contratual para o "Aquisição de Serviços de Consultoria para Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental e Segurança segundo as normas ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018".

Tipo de procedimento: Concurso Público – abertura de procedimento e adjudicação.

- Procedimento pré-contratual para "Serviços de Limpeza de Praias no Município do Porto"

Tipo de procedimento: Concurso Público.

- Procedimento Pré-Contratual para "Fornecimento de Sacos de PEBD para recolha seletiva de resíduos"

Tipo de procedimento: Concurso Público.

- Procedimento Pré-Contratual para "Aquisição de Gestão Integrada de Serviços do Espaço S. Dinis"

Tipo de procedimento: Concurso Público, em agrupamento de entidades adjudicantes com a Go Porto - Gestão e Obras do Porto, EM como representante.

- Procedimento pré-contratual para "Fornecimento de Sistema de Manutenção Preditiva de Veículos em Tempo Real".

Tipo de Procedimento: Ajuste Direto segundo Regime Geral, nos termos no disposto no artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii

- Procedimento pré-contratual para o "Fornecimento de Gás Natural Veicular"

Tipo de procedimento: Consulta Prévia ao abrigo de Acordo-Quadro da Central de Compras da LIPOR.

- Procedimento pré-contratual para a "Realização e Operacionalização de

uma Campanha de Comunicação e Sensibilização no âmbito do Projeto "CityLoops"

Tipo de procedimento: Concurso Público.

- Procedimento pré-contratual para o "Fornecimento de uma Solução de identificação, Localização e Operacionalização de Ativos"

Tipo de procedimento: Concurso Público, com publicidade internacional

- Procedimento pré-contratual para "Fornecimento de Contentores de Resíduos Orgânicos no âmbito do Projeto "Orgânico – Recolha Seletiva de biorresíduos no Porto - II", para os Lotes 1, 2 e 3

Tipo de procedimento: Concurso Público.



4.11. Análise dos critérios constantes do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, para o ano de 2021

Apurando os indicadores constantes da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é possível concluir que a **PortoAmbiente** se apresenta afastada de qualquer dos critérios de dissolução:



Indicador	2021 (6 meses)	2020 (12 meses)	2019 (12 meses)	STATUS
Artigo 35º CSC (Total de Capital próprio / Capital social) > 50%	160%	143%	233%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o VN cobre 50% dos Gastos totais, em cada período ((Vendas + Prest. Serv.) / (Gastos Totais - Provisões - Imparidades - Depreciações)) > 50%	66%	69%	69%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o peso contributivo do subsídio é < 50% das receitas (Subsídios à Exploração / Receitas totais) < 50%	32%	29%	31%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o EBITDA é ≥ 0 (EBITDA ≥ 0)	745 378,72	554 984,65	339 287,93	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o RLP é ≥ 0 (Resultado do período ≥ 0)	297 088,77	287 093,49	178 302,81	✓

4.12. Principais riscos e incertezas e políticas de gestão do risco

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de fatores de riscos. A **PortoAmbiente** está sensível quanto à identificação, definição e implementação de políticas de gestão e cobertura eficaz dos riscos que está exposta, nomeadamente risco de crédito e risco de liquidez. Esta monitorização de riscos é também partilhada e realizada em gestão comum e coordenada pelo Município do Porto (grupo de inserção).



O risco de crédito, ainda que reduzido, está presente na faturação a entidades individuais ao nível de (i) transporte de Resíduos de Construção e Demolição e outros similares, assim como (ii) na cobrança de tarifa regulada, efetuada aos clientes finais por intermédio das Águas do Porto. A monitorização deste risco é efetuada pelo Departamento Financeiro, nomeadamente pelo controlo de crédito, e no caso da tarifa, limitada ao período de crédito das Águas do Porto.

O risco de liquidez, está presente na medida em que as fontes de financiamento da Empresa são limitadas e com reduzido nível de elasticidade por parte da **PortoAmbiente**. A monitorização e gestão deste risco por parte da Empresa resulta de um adequado nível de planeamento, quer ao nível da negociação contratual com fornecedores, quer ao nível da contratualização das "fontes de financiamento", isto é, Contratos programa com o Município e contrato com as Águas do Porto.

4.13. Perspetivas futuras

Em respeito com o plano de investimento e compromissos contratuais assumidos, não existindo à data indícios que comprometem a continuidade, a **PortoAmbiente** espera no decurso do atual período:

- (a) Aumentar os níveis de satisfação e de qualidade dos serviços prestados;
- (b) Estabilização do nível de recursos humanos nas Atividades de Recolha de resíduos urbanos indiferenciada, seletiva e gastos comuns;





(c) Procurar aumentar os níveis de serviço, produtividade, eficiência e qualidade dos processos, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida no Município do Porto e redução do custo imputado ao consumidor.

Tendo por base este enquadramento e as políticas de gestão do risco implementado não temos conhecimento de quaisquer eventos relevantes que coloquem em causa o pressuposto de continuidade das operações, considerando desde logo os potenciais impactos decorrentes da pandemia mundial COVID19, reflexão essa que mereceu particular destaque na secção seguinte.

4.14. Eventos subsequentes

A magnitude dos impactos (efetivos e potenciais) causados pela pandemia COVID19, na vida das pessoas e na vida das Empresas, apresentou-se de tal dimensão tendo passado a fazer parte do quotidiano dos membros da Administração e da Direção da **PortoAmbiente**, uma permanente reflexão sobre aqueles, da qual se destacam as seguintes conclusões:

Não existe expectativa de que os impactos potenciais futuros coloquem em causa a continuidade das operações, encontrando-se ponderados os seguintes impactos:

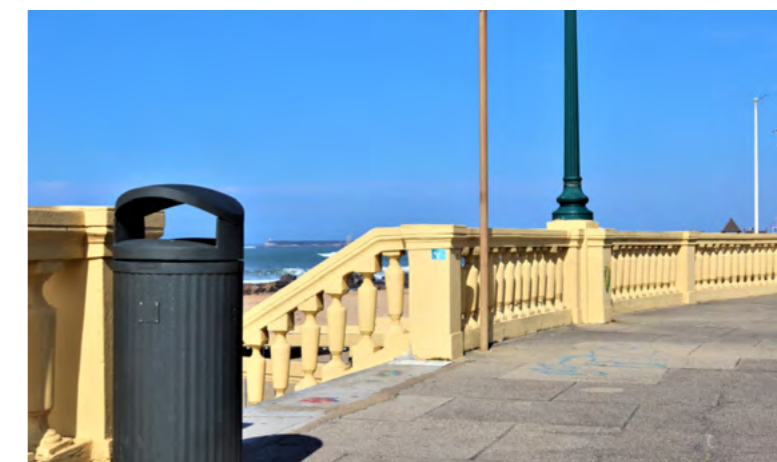
- **Atividade:** Sendo os serviços de Recolha de resíduos urbanos e Limpeza do espaço público considerados essenciais, os mesmos não foram objeto de manifesta redução (mesmo durante o estado de emergência, ou no período que o seguiu) tendo sido dada continuidade aos vínculos laborais em causa, com as devidas reafecções já mencionadas anteriormente. Poderá, contudo, ser referido que, por motivos de comportamento “de mercado”, irá ser prejudicada a fantástica evolução de rácios de recolha seletiva que a Empresa vinha a atingir, mas que consideramos que venha a ser recuperada assim que o mercado recupere a confiança.

- **Receita:** Neste âmbito, é expectável que se venha a verificar uma redução da receita orçamentada para o ano de 2021, contudo, tal aspeto foi ponderado pela Direção Financeira e Administração, tendo sido prospetivada: (i) uma redução da receita decorrente dos termos fixo e variável ao nível dos utilizadores não domésticos, parcialmente compensada por via de (ii) um incremento dos consumos estimados ao nível dos utilizadores domésticos. Ainda que não seja expectável que o impacto líquido negativo seja relevante, tais impactos poderão, em última instância, ser neutralizados

por via de reafecção plurianual dos contratos programa de GRU, caso se verifique necessário.

- **Despesas:** Neste âmbito apenas será prospetivado um crescimento dos encargos com Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), o qual não consideramos que seja materialmente relevante no cômputo geral do orçamento da Empresa, e potencialmente compensado pelas residuais poupanças resultantes da redução e reajustamentos da atividade.

Em adição ao anteriormente mencionado, não são conhecidos outros eventos que alterem a apresentação de contas ilustrada neste documento e respetivas peças e anexos.



4.15. Divulgações obrigatórias

4.15.1. Participações deidas por acionistas:

Referem-se seguidamente os acionistas titulares de ações, no final do exercício, representativas de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital:



Participações (e transações) qualificadas no capital da sociedade		Município do Porto	Total
Ações detidas no início do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Percentagem do capital social	100,00%	100,00%
Ações adquiridas no período	Número de ações	0,00	0,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	0,00	0,00
Ações alienadas no período	Número de ações	0,00	0,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	0,00	0,00
Ações detidas no final do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Percentagem do capital social	100,00%	100,00%

4.15.2. Existência de sucursais da Sociedade:

A sociedade não tem sucursais.

4.15.3. Existência de negócios entre a Sociedade e os seus administradores:

Não se verificou, em 2021, qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores.

4.15.4. Aquisição ou alienação de quotas próprias:

Durante o exercício de 2021, não se verificou qualquer aquisição ou alienação de ações próprias.

4.15.5. Situação perante o Estado e a segurança social:

Em observação do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros entes públicos ou à Segurança Social.



Demonstrações Financeiras

[Para o período findo em 30 de junho de 2021]

2021

5.1. Balanço em 30 de junho de 2021

Valores expressos em Euro

Porto Ambiente	30.06.2021	31.12.2020	Variação	
			Euro	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	6 621 184,06	6 185 324,34	435 859,72	7,05%
Ativos intangíveis	23 927,54	24 391,75	-464,21	-1,90%
Outros investimentos financeiros	28 547,42	25 673,14	2 874,28	11,20%
Ativos por impostos diferidos	60 913,91	46 800,81	14 113,10	30,16%
	6 734 572,93	6 282 190,04	452 382,89	7,20%
Ativo corrente				
Inventários	148 804,52	138 771,44	10 033,08	7,23%
Clientes	3 137 264,75	3 113 330,51	23 934,24	0,77%
Estado e outros entes públicos	34 808,79	34 808,79	0,00	0,00%
Outros créditos a receber	371 399,48	103 139,95	268 259,53	260,09%
Diferimentos	193 842,17	12 568,24	181 273,93	1442,32%
Caixa e depósitos bancários	4 828 144,73	5 074 027,17	-245 882,44	-4,85%
	8 714 264,44	8 476 646,10	237 618,34	2,80%
Total do Ativo	15 448 837,37	14 758 836,14	690 001,23	4,68%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio:				
Capital subscrito	3 265 566,00	3 265 566,00	0,00	0,00%
Reservas legais	38 706,02	24 351,35	14 354,67	58,95%
Outras reservas	123 626,65	115 466,65	8 160,00	7,07%
Resultados transitados	735 414,44	462 675,62	272 738,82	58,95%
Excedentes de revalorização	33 291,96	37 849,74	-4 557,78	-12,04%
Ajustamentos/outras variações no CP	727 151,73	475 888,51	251 263,22	52,80%
	4 923 756,80	4 381 797,87	541 958,93	12,37%
Resultado líquido do período	297 088,77	287 093,49	9 995,28	3,48%
Total do Capital Próprio	5 220 845,57	4 668 891,36	551 954,21	11,82%



Porto Ambiente	30.06.2021	31.12.2020	Variação	
			Euro	%
Passivo:				
Passivo não corrente:				
Financiamentos obtidos	4 154 964,87	4 268 466,22	-113 501,35	-2,66%
Passivos por impostos diferidos	226 640,48	157 295,31	69 345,17	44,09%
	4 381 605,35	4 425 761,53	-44 156,18	-1,00%
Passivo corrente:				
Fornecedores	3 238 017,45	3 031 375,61	206 641,84	6,82%
Estado e outros entes públicos	407 547,62	175 484,03	232 063,59	132,24%
Financiamentos obtidos	632 640,83	603 529,52	29 111,31	4,82%
Outras dívidas a pagar	1 146 614,72	1 091 921,26	54 693,46	5,01%
Diferimentos	421 565,83	761 872,83	-340 307,00	-44,67%
	5 846 386,45	5 664 183,25	182 203,20	3,22%
Total do Passivo	10 227 991,80	10 089 944,78	138 047,02	1,37%
Total do Capital Próprio e do Passivo	15 448 837,37	14 758 836,14	690 001,23	4,68%

Contabilista Certificado,

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração,

ARTUR JORGE SILVA DE SOUSA BASTO

(Presidente)

LUIS ANDRÉ FERNANDES BRAGANÇA DE ASSUNÇÃO

(Administrador Executivo)

ANA CRISTINA MANSILHA CENTEIRO VIEIRA E LEITE DA SILVA

(Administrador não Executivo)

5.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas para o período findo em 30 de junho de 2021

Valores expressos em Euro

Porto Ambiente	Notas	30.06.2021		30.06.2020		Variação homóloga	
		Acumulado Ano	Trimestre	Acumulado Ano	Trimestre	Acumulado	
						Euro	%
RENDIMENTOS E GANHOS							
Vendas e serviços prestados	1	7 475 176,04	3 770 199,10	7 606 101,81	3 758 095,54	-130 925,77	-2%
Subsídios à exploração	2	3 669 707,78	1 892 843,79	3 086 927,11	1 494 899,45	582 780,67	19%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-33 755,92	-20 130,89	-60 280,76	-41 408,72	26 524,84	-44%
Fornecimentos e serviços externos	3	-6 938 991,59	-3 666 695,80	-6 889 244,63	-3 278 888,17	-49 746,96	1%
Gastos com o pessoal	4	-3 414 596,45	-1 593 373,03	-3 343 637,95	-1 682 479,88	-70 958,50	2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-233 715,88	-102 962,02	-150 715,17	-70 023,33	-83 000,71	55%
Aumentos/reduções de justo valor		185,79	17,36	17,53	0,00	168,26	960%
Outros rendimentos		401 883,34	252 625,29	248 548,91	128 615,81	153 334,43	62%
Outros gastos		-180 514,39	-23 028,75	-192 307,72	-92 612,42	11 793,33	-6%
Resultados antes de depreciações, gastos de financ. e impostos		745 378,72	509 495,05	305 409,13	216 198,28	439 969,59	144%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-347 808,45	-177 225,87	-81 860,53	-45 345,30	-265 947,92	325%
Resultado operacional (antes de gastos de financiam. e impostos)		397 570,27	332 269,18	223 548,60	170 852,98	174 021,67	78%
Juros e gastos similares suportados		-10 811,91	-5 574,29	0,00	0,00	-10 811,91	100%
Resultado antes de impostos		386 758,36	326 694,89	223 548,60	170 852,98	163 209,74	73%
Imposto sobre o rendimento do período		-89 669,59	-74 421,92	-80 987,65	-51 274,91	-8 681,94	11%
Resultado líquido do período		297 088,77	252 272,97	142 560,95	119 578,07	154 527,82	108%

Contabilista Certificado,

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração,

ARTUR JORGE SILVA DE SOUSA BASTO

(Presidente)

LUIS ANDRÉ FERNANDES BRAGANÇA DE ASSUNÇÃO

(Administrador Executivo)

ANA CRISTINA MANSILHA CENTEIRO VIEIRA E LEITE DA SILVA

(Administrador não Executivo)



76 **5.3. Demonstração dos Resultados por Atividade para o período findo em 30 de junho de 2021**

Valores expressos em Euro

Porto Ambiente	30.06.2021 (Acumulado)				
	Recolha de resíduos	Serviços Auxiliares	Limpeza de espaço público		Total
			Geral	Limpeza de Grafitis	
Vendas e serviços prestados	7 206 547,26	234 608,07	34 020,71	0,00	7 475 176,04
Contratos programa	0,00	0,00	3 253 618,55	122 596,63	3 376 215,18
Outros subsídios à exploração	293 492,60	0,00	0,00	0,00	293 492,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-17 185,22	-231,01	-59,56	-16 280,13	-33 755,92
Fornecimentos e serviços externos	-4 046 906,69	-52 778,63	-2 826 819,49	-12 486,78	-6 938 991,59
Subcontratos	0,00	0,00	-2 711 168,73	0,00	-2 711 168,73
Tratamento de resíduos (excluindo TGR)	-2 263 416,65	-35 671,18	-31 942,59	0,00	-2 331 030,42
Outros trabalhos especializados	-619 416,02	-3 954,07	-21 601,66	0,00	-644 971,74
Combustíveis e manutenção	-813 422,33	-9 040,34	-5 228,46	-2 363,12	-830 054,25
Aluguer de viaturas	-92 179,67	-1 028,87	-30 438,86	-7 021,98	-130 669,37
Fornecimentos e serviços externos - outros	-258 472,03	-3 084,18	-26 439,19	-3 101,68	-291 097,08
Gastos com o pessoal	-2 828 779,45	-29 204,09	-463 345,20	-93 267,71	-3 414 596,45
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-231 093,17	-2 622,71	0,00	0,00	-233 715,88
Aumentos/reduções de justo valor	167,39	0,00	18,40	0,00	185,79
Outros rendimentos	394 595,80	0,00	7 287,54	0,00	401 883,35
Outros gastos	-176 856,02	-2 614,03	-737,53	-306,82	-180 514,39
Resultados antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	593 982,50	147 157,60	3 983,43	255,19	745 378,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-341 206,22	-3 710,56	-2 891,67	0,00	-347 808,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiam. e impostos)	252 776,28	143 447,04	1 091,76	255,19	397 570,27
Juros e gastos similares suportados	-10 679,71	-132,21	0,00	0,00	-10 811,91
Resultado antes de impostos	242 096,58	143 314,84	1 091,76	255,19	386 758,36
Imposto sobre o rendimento do período	-50 695,08	-37 627,56	-1 091,76	-255,19	-89 669,59
Resultado líquido do período	191 401,49	105 687,28	-0,00	-0,00	297 088,77

Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

ARTUR JORGE SILVA DE SOUSA BASTO

(Presidente)

LUIS ANDRÉ FERNANDES BRAGANÇA DE ASSUNÇÃO

(Administrador Executivo)

ANA CRISTINA MANSILHA CENTEIRO VIEIRA E LEITE DA SILVA

(Administrador não Executivo)

77 **5.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período findo em 30 de junho de 2021**

Porto Ambiente		2021.06	2020.06
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	+	7 513 721,00	7 380 508,35
Pagamentos a fornecedores	-	(7 196 547,10)	(9 192 406,18)
Pagamentos ao pessoal	-	(3 135 317,25)	(2 983 912,37)
Fluxo gerado pelas operações		(2 818 143,35)	(4 795 810,20)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+/-	-	(421,81)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	3 216 613,61	4 415 724,24
Fluxos das atividades operacionais	(1)	398 470,26	(380 507,77)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+	1 140,20	-
Subsídios para investimentos	+	246 585,93	-
Outros Ativos	+	-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(571 623,70)	(741 232,38)
Ativos intangíveis	-	(5 821,17)	(7 029,45)
Outros Ativos	-	-	-
Fluxos das atividades de investimento	(2)	(329 718,75)	(748 261,83)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento	+	-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(303 822,04)	-
Juros e custos similares	-	(10 811,91)	-
Outras operações de financiamento	-	-	-
Fluxos das atividades de financiamento	(3)	(314 633,95)	-
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	(245 882,44)	(1 128 769,60)
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 074 027,17	4 132 938,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 828 144,73	3 004 168,58

Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

ARTUR JORGE SILVA DE SOUSA BASTO

(Presidente)

LUIS ANDRÉ FERNANDES BRAGANÇA DE ASSUNÇÃO

(Administrador Executivo)

ANA CRISTINA MANSILHA CENTEIRO VIEIRA E LEITE DA SILVA

(Administrador não Executivo)



Análise económica da execução orçamental

[Período findo em 30 de junho de 2021]

2021

Em conformidade com o disposto no artigo 21º. dos Estatutos e a alínea e) do n.º. 1 do artigo 42º da Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto, a **Empresa Municipal de Ambiente do Porto** (doravante também denominada de **PortoAmbiente**) apresenta o relatório trimestral de execução orçamental, e o relatório do órgão de fiscalização, cumprindo a alínea i) do n.º. 1 do artigo 44º. da Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Para efeitos da análise da execução orçamental, tomou-se como referência os instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período de 2021, na sua versão revista e aprovada, em reunião do Conselho de Administração de 22 de outubro de 2020.

Com referência ao período findo em 30 de junho de 2021, o Resultado líquido ascende a 297 089 euros, verificando-se uma taxa de execução orçamental dos Gastos totais de 91% e dos Rendimentos totais de 93% (na qual se inclui a taxa de execução das Receitas próprias de 99%).

Valores expressos em Euro

Porto Ambiente	30.06.2021			Taxa de execução
	Executado	Orçamento	Desvio	
RENDIMENTOS E GANHOS				
Vendas e serviços prestados	7 475 176	7 602 405	(127 229)	98%
Subsídios à exploração	3 669 708	4 419 403	(749 695)	83%
Custo mercadorias vendidas e matérias cons.	(33 756)	(165 932)	132 176	20%
Fornecimentos e serviços externos	(6 938 992)	(7 513 190)	574 198	92%
Gastos com o pessoal	(3 414 596)	(3 800 479)	385 882	90%
Imparidade de dívidas a receber	(233 716)	(180 000)	(53 716)	130%
Aumentos/reduções de justo valor	186	-	186	100%
Outros rendimentos	401 883	373 160	28 723	108%
Outros gastos	(180 514)	(304 886)	124 372	59%
Res. antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	745 379	430 482	314 897	173%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(347 808)	(368 342)	20 534	94%
Resultado operacional (antes de gastos fin. e impostos)	397 570	62 139	335 431	640%
Juros e gastos similares suportados	(10 812)	(11 671)	859	93%
Resultado antes de impostos	386 758	50 469	336 290	766%
Imposto sobre o rendimento do período	(89 670)	(11 582)	(78 087)	774%
Resultado líquido do período	297 089	38 887	258 202	764%

De seguida, apresenta-se a síntese da execução em 30 de junho de 2021, por atividade:



Valores expressos em Euro

Porto Ambiente	30.06.2021 (Acumulado) - Executado				Total
	Recolha de resíduos	Serviços auxiliares	Limpeza de espaço público		
			Geral	Limpeza de Grafitis	
RENDIMENTOS E GANHOS					
Vendas e serviços prestados	7 206 547	234 608	34 021	-	7 475 176
Contratos programa	-	-	3 253 619	122 597	3 376 215
Outros subsídios à exploração	293 493	-	-	-	293 493
Custo mercadorias vendidas e matérias cons.	(17 185)	(231)	(60)	(16 280)	(33 756)
Fornecimentos e serviços externos (excluindo TGR)	(4 046 907)	(52 779)	(2 826 819)	(12 487)	(6 938 992)
Gastos com o pessoal	(2 828 779)	(29 204)	(463 345)	(93 268)	(3 414 596)
Imparidade de dívidas a receber	(231 093)	(2 623)	-	-	(233 716)
Aumentos/reduções de justo valor	167	-	18	-	186
Outros rendimentos	394 596	-	7 288	-	401 883
Outros gastos	(176 856)	(2 614)	(738)	(307)	(180 514)
Res. antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	593 982	147 158	3 983	255	745 379
Gastos/reversões de depreciação e de amort.	(341 206)	(3 711)	(2 892)	-	(347 808)
Res. operacional (antes de gastos fin. e impostos)	252 776	143 447	1 092	255	397 570
Juros e gastos similares suportados	(10 680)	(132)	-	-	(10 812)
Resultado antes de impostos	242 097	143 315	1 092	255	386 758
Imposto sobre o rendimento do período	(50 695)	(37 628)	(1 092)	(255)	(89 670)
Resultado líquido do período	191 401	105 687	0	0	297 089



Vendas e Prestações de serviços

NOTA 1

A 30 de junho de 2021, as Vendas e Prestações de serviços totalizavam 7 475 176 euros, as quais, em conjunto com a rubrica de Outros rendimentos que inclui nomeadamente a Taxa de Gestão de Resíduos, representavam um nível de execução de cerca de 99%. Estes montantes traduzem essencialmente a aplicação da tarifa de resíduos urbanos em vigor, aos montantes dos consumos de água faturados, assim como as prestações de serviços realizadas aos Grandes produtores e outros serviços prestados de âmbito complementar à Limpeza do espaço público, conforme quadro seguinte:

Descrição	Acumulado de 2021 [6 meses]		Acumulado de 2020 [6 meses]	
	Quantidade	Euro	Quantidade	Euro
Utilizadores domésticos	5 349 991	3 996 426,55	5 316 451	3 793 304,54
Tarifa Resíduos Sólidos	5 349 991	2 251 708,56	5 316 451	2 214 267,60
Tarifa Disponibilidade Resíduos Sólidos		1 544 625,07		1 491 641,41
Outros (taxa de gestão de resíduos, etc)		200 092,92		87 395,53
Utilizadores não domésticos	2 024 919	3 483 495,69	2 472 465	3 703 970,04
Tarifa Resíduos Sólidos	2 024 919	1 079 505,26	2 472 465	1 308 516,25
Tarifa Disponibilidade Resíduos Sólidos		2 329 685,73		2 354 568,29
Outros (taxa de gestão de resíduos, etc)		74 304,70		40 885,50
Grandes produtores/não domésticos na origem	7 273 152	236 940,40	7 416 937	234 596,03
Tarifa Resíduos Sólidos	7 273 152	228 788,48	7 416 937	230 920,33
Tarifa Disponibilidade Resíduos Sólidos		8 151,92		3 675,70
Total	-	7 716 862,64	-	7 731 870,61

De sublinhar que os principais itens de conciliação, dos montantes do quadro anterior, face ao desempenho executado, respeitam (i) à aplicação do princípio da especialização das prestações de serviços com os Grandes Produtores, e (ii) ao facto da Taxa de Gestão de Resíduos se apresentar relevada na rubrica de Outros rendimentos.



Subsídios à exploração NOTA 2

A 30 de junho de 2021, os subsídios à exploração reconhecidos em resultados totalizavam 3 669 708 euros, conforme quadro seguinte:

Valores expressos em euro

Subsídios à exploração	30.06.2021 (Acumulado) - Executado		
	Recolha	Limpeza de espaço público	Total
Montante faturado dos Contratos Programa (6 meses)	332 349	3 382.604	3 714.953
Montante diferido (0 meses)	-	-	-
Antecipação de acerto de final do período - "True up"	(332 349)	(6 389)	(338 738)
Montante reconhecido em resultados (6 meses)	-	3 376 215	3 376.215
Outros subsídios à exploração			-
Interwaste	10 804	-	10 804
PO SEUR	251 319	-	251 319
Ecoval	31 369	-	31 369
Montante reconhecido em resultados (6 meses)	293 493	-	293 493
Montante total de subsídios à exploração	293 493	3 376.215	3 669.708



Fornecimentos e Serviços Externos NOTA 3

A 30 de junho de 2021, os Fornecimentos e serviços externos totalizavam 6 938 992 euros, representando um nível de execução de cerca de 92%. Estes montantes traduzem essencialmente (i) os montantes faturados pelos prestadores de serviços de Limpeza do espaço público subcontratados, (ii) os montantes a título de tratamento de resíduos, (iii) o aluguer de viaturas, (iv) combustíveis e (v) manutenções, conforme detalhado no quadro seguinte:

Valores expressos em Euro

Fornecimentos e serviços externos	30.06.2021 (Acumulado) - Executado				Total
	Recolha de resíduos	Serviços auxiliares	Limpeza de espaço público		
			Geral	Limpeza de grafities	
Tratamento de resíduos	2 263.417	35 671	31 943	-	2 331 030
Subcontratos	-		2 711 169	-	2 711 169
Outros trabalhos especializados	619 416	3 954	21 602	-	644 972
Aluguer de viaturas	92 180	1 029	30 439	7 022	130 669
Combustíveis	538 122	5 732	1 997	1 746	547 597
Manutenção	269 078	3 231	2 032	617	274 958
Outros Fornecimentos e serviços externos	264 695	3 161	27 639	3 102	298 597
Total	4 046 907	52 779	2 826 819	12 487	6 938 992



Gastos com o pessoal NOTA 4

A 30 de junho de 2021, os Gastos com o pessoal totalizavam 3 414 596 euros, representando um nível de execução de cerca de 90%. Os montantes dos Gastos com o pessoal, detalham-se da seguinte forma:

Valores expressos em Euro

Gastos com o pessoal	30.06.2021 (Acumulado) - Executado				Total
	Recolha de resíduos	Serviços auxiliares	Limpeza de espaço público		
			Geral	Limpeza de grafitis	
Vencimento	1 452 112	14 751	252 168	52 991	1 772 022
Encargos sobre remunerações	485 489	4 974	80 711	15 869	587 043
Trabalho noturno e/ou de turno	163 992	1 964	18 653	-	184 609
Subsídio de alimentação	175 824	1 715	25 924	6 172	209 635
Subsídio de férias	158 635	1 596	32 197	4 804	197 232
Subsídio de natal	106 461	1 073	20 855	3 280	131 669
Horas extra e outras remunerações	151 987	1 726	15 189	6 021	174 923
Seguro de acidentes de trabalho	17 879	184	2 372	417	20 852
Fardamento e HST	69 873	701	9 507	3 163	83 244
Abono de Família	7 709	59	127	-	7 895
ADSE	26 402	307	4 515	424	31 647
Seguro de saúde / doença	2 835	46	223	128	3 232
Formação	9 581	109	904	-	10 593
Total	2 828 779	29 204	463 345	93 268	3 414 596



Investimentos em Ativos Fixos Tangíveis

NOTA 5

No que respeita aos Ativos Fixos tangíveis, com referência ao período findo a 30 de junho de 2021, os principais investimentos relacionam-se com (i) a receção da última viatura pesada de recolha de resíduos urbanos, no âmbito do procedimento de locação financeira adjudicado no ano transato, (ii) o reforço de contentorização, nomeadamente na fração orgânica, para a Recolha de biorresíduos, ao abrigo da candidatura comunitária POSEUR – Orgânico. Relativamente aos demais movimentos, não tendo sido realizados outros investimentos ou alienações de carácter significativo, o principal contribuindo para a variação face ao período transato, deveu-se ao impacto das depreciações do período:

valores expressos em euros

Ativos Fixos Tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Totais
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	4 885,50	6 319 014,95	12 354,12	13 292,55	13 547,38	174 895,25	6 537 989,75
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 099,24)	(337 299,09)	(2 059,02)	(6 402,55)	(5 805,51)	-	(352 665,41)
	Quantias líquidas escrituradas	3 786,26	5 981 715,86	10 295,10	6 890,00	7 741,87	174 895,25	6 185 324,34
Adições			762 577,56		4 778,16		7 895,87	775 251,59
Transferências			(5 602,70)	-	(1 125,40)	6 719,10		(9,00)
Outras alterações		-	-	-	-	-	-	-
Depreciações - Exercício		(244,28)	(334 564,40)	(1 544,26)	(820,94)	(2 208,99)		(339 382,87)
Em 31.06.2021	Quantias brutas escrituradas	4 885,50	7 075 989,81	12 354,12	16 945,31	20 266,48	182 791,12	7 313 232,34
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 343,52)	(671 863,49)	(3 603,28)	(7 223,49)	(8 014,50)	-	(692 048,28)
	Quantias líquidas escrituradas	3 541,98	6 404 126,32	8 750,84	9 721,82	12 251,98	182 791,12	6 621 184,06



Investimentos em Ativos Intangíveis NOTA 6

No que respeita aos Ativos intangíveis, com referência ao período findo a 30 de junho de 2021, os principais investimentos realizados à data respeitam à evolução do módulo do registo de assiduidade, nomeadamente através de implementação de um módulo de planeamento e gestão de escalas, sendo as demais variações face ao período transato, as depreciações do período:

valores expressos em euros

Ativos Intangíveis		Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Totais
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	138 873,87	-	138 873,87
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(114 482,12)	-	(114 482,12)
	Quantias líquidas escrituradas	24 391,75	-	24 391,75
Adições		3 370,20	4 519,17	7 916,37
Depreciações - Exercício		(8 425,58)	-	(8 425,58)
Em 31.06.2021	Quantias brutas escrituradas	142 244,07	4 591,17	146 835,24
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(122 907,70)	-	(122 907,70)
	Quantias líquidas escrituradas	19 336,37	4 591,17	23 927,54



Meios financeiros líquidos NOTA 7

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A 30 de junho de 2021 os saldos de caixa e seus equivalentes que não se encontravam disponíveis para uso respeitam exclusivamente às cauções de fornecedores, como garante do respetivo cumprimento contratual.

2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 30 de junho de 2021, a rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

valores expressos em euros

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	30.06.2021			31.12.2020		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Numerário	1 000,00	-	1 000,00	1 000,00	-	1 000,00
Depósitos à ordem	4 794 956,93	32 187,80	4 827 144,73	5 057 059,37	15 967,80	5 073 027,17
Outros depósitos bancários	-	-	-	-	-	-
Totais	4 795 956,93	32 187,80	4 828 144,73	5 058 059,37	15 967,80	5 074 027,17



Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

NOTA 8

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Com referência a 30 de junho de 2021, não existiam em curso quaisquer processos cíveis, judiciais ou de outra natureza cuja expectativa da Administração e Departamento Jurídico relativamente ao respetivo desfecho fosse desfavorável para a Empresa, aspeto pelo qual não foram vertidos quaisquer impactos contabilísticos naquela data em sede de provisões.



Financiamentos obtidos NOTA 9

Nos termos do artigo 41º, n.º 1 da Lei 50/2012 de 31 de agosto, "os empréstimos contraídos pelas empresas locais, bem como o endividamento líquido das mesmas relevam para os limites das entidades públicas participantes, em caso de incumprimento das regras previstas no artigo anterior" (artigo 40º equilíbrio das contas).

No seguimento do procedimento de Locação financeira para a aquisição de Veículos Automóveis Pesados e Equipamentos executado em 2020, foram contraídos, junto da Caixa Leasing e Factoring (atualmente Caixa Geral de Depósitos, S.A.), os financiamentos por locação financeira correspondentes às viaturas entregues, apresentando-se igualmente a dívida dos mesmos em 30 de junho de 2021:

valores expressos em euros

Equipamento	Contrato	Montante em 30.06.2021				Montante em 31.12.2020			
		Inicial	Atual	Corrente	Não corrente	Inicial	Atual	Corrente	Não corrente
AB02FB	100121716	90 405,00	81 138,48	11 157,56	69 980,92	90 405,00	86 706,19	11 131,32	75 574,87
AB00FB	100121716	90 405,00	81 138,48	11 157,56	69 980,92	90 405,00	86 706,19	11 131,32	75 574,87
AB30UL	100121715	100 368,00	90 080,27	12 387,17	77 693,10	100 368,00	96 261,57	12 358,04	83 903,53
AC49GP	100121711	166 050,00	149 029,86	20 493,48	128 536,38	166 050,00	159 256,27	20 445,28	138 810,99
AC50GP	100121711	166 050,00	149 029,86	20 493,48	128 536,38	166 050,00	159 256,27	20 445,28	138 810,99
AD18AE	100121712	219 432,00	207 325,79	27 221,53	180 104,26	219 432,00	219 695,74	27 050,53	192 645,21
AD25AE	100121712	219 432,00	207 325,79	27 221,53	180 104,26	219 432,00	219 695,74	27 050,53	192 645,21
AD32AE	100121712	219 432,00	207 325,79	27 221,53	180 104,26	219 432,00	219 695,74	27 050,53	192 645,21
AD40AE	100121712	219 432,00	207 325,79	27 221,53	180 104,26	219 432,00	219 695,74	27 050,53	192 645,21
AD41AE	100121712	219 432,00	207 325,79	27 221,53	180 104,26	219 432,00	217 849,56	26 823,22	191 026,34
AD43AE	100121712	219 432,00	207 325,79	27 221,53	180 104,26	219 432,00	219 695,74	27 050,53	192 645,21
AD48AE	100121712	219 432,00	207 325,79	27 221,53	180 104,26	219 432,00	219 695,74	27 050,53	192 645,21
AF17SX	100121712	219 432,00	207 325,79	27 221,53	180 104,26	-	-	-	-
AE87GZ	100121709	199 506,00	187 237,38	24 583,91	162 653,47	199 506,00	199 497,96	24 564,63	174 933,34
AE82GZ	100121709	199 506,00	187 237,38	24 583,91	162 653,47	199 506,00	199 497,96	24 564,63	174 933,34
AE79GZ	100121709	199 506,00	187 237,38	24 583,91	162 653,47	199 506,00	199 497,96	24 564,63	174 933,34
AE97GZ	100121709	199 506,00	187 237,38	24 583,91	162 653,47	199 506,00	199 497,96	24 564,63	174 933,34
AE86GZ	100121709	199 506,00	187 237,38	24 583,91	162 653,47	199 506,00	199 497,96	24 564,63	174 933,34
AE98GZ	100121709	199 506,00	187 237,38	24 583,91	162 653,47	199 506,00	199 497,96	24 564,63	174 933,34
AE77GZ	100121709	199 506,00	187 237,38	24 583,91	162 653,47	199 506,00	199 497,96	24 564,63	174 933,34
AE74GZ	100121709	199 506,00	187 237,38	24 583,91	162 653,47	199 506,00	199 497,96	24 564,63	174 933,34
AD85OF	100121720	238 005,00	223 368,89	29 327,91	194 040,98	238 005,00	238 005,00	29 304,90	208 700,10
AD81OF	100121720	238 005,00	223 368,89	29 327,91	194 040,98	238 005,00	238 005,00	29 304,90	208 700,10
AD80OF	100121720	238 005,00	223 368,89	29 327,91	194 040,98	238 005,00	238 005,00	29 304,90	208 700,10
AD05FE	100121713	221 154,00	205 288,36	27 262,16	178 026,20	221 154,00	218 893,27	27 230,08	191 663,19
AD35CE	100121713	221 154,00	205 288,36	27 262,16	178 026,20	221 154,00	218 893,27	27 230,08	191 663,19
		5 121 105,00	4 787 605,70	632 640,83	4 154 964,87	4 901 673,00	4 871 995,74	603 529,52	4 268 466,22



Diferimentos NOTA 10

valores expressos em euros

Diferimentos	30.06.2021	31.12.2020
Ativo		
Licenças e suporte informático	26 966,18	10 801,33
Seguros	164 182,39	363,37
Outros não discriminados	2 693,60	1 403,54
Total Ativo	193 842,17	12 568,24
Passivo		
Contratos Programa	(338 737,82)	(567 975,82)
Outros rendimentos com subsídios	(82 828,01)	(193 897,01)
Total Passivo	(421 565,83)	(761 872,83)

Porto, 19 de agosto de 2021

Contabilista Certificado,

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração,

ARTUR JORGE SILVA DE SOUSA BASTO

(Presidente)

LUIS ANDRE FERNANDES BRAGANÇA DE ASSUNÇÃO

(Administrador Executivo)

ANA CRISTINA MANSILHA CENTEIRO VIEIRA E LEITE DA SILVA

(Administrador não Executivo)



Cumprimento dos indicadores de eficiência e eficácia

[Período findo em 30 de junho de 2021]

70

Dando cumprimento ao disposto no nº. 2 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, foram estabelecidos nos contratos programa celebrados para o período de 2019 a 2021, por remissão ao contrato de gestão delegada, objetivos a alcançar pela **PortoAmbiente**. Para cada objetivo são definidos indicadores chave de eficiência e eficácia, os quais são monitorizados pelo Município com periodicidade trimestral, seguindo-se uma análise ao seu cumprimento a 30 de junho de 2021, dos quais cerca de 82% atingiram avaliação eficaz ou muito eficaz:

Valores expressos em euros ou percentagem

#	Descrição	Nível de classificação para o ano de 2021		
		Ineficaz	Eficaz	Muito Eficaz
Q1.1	Acessibilidade ao serviço de recolha de resíduos - Indiferenciada (Acessibilidade dos utilizadores aos serviços de recolha nos locais de deposição indiferenciada de resíduos, num raio não superior a 100 (cem) metros, tendo por base o local de produção dos mesmos)		✓	
Q1.2	Acessibilidade ao serviço de recolha de resíduos - Seletiva (Acessibilidade dos utilizadores aos serviços de recolha nos locais de deposição seletiva de resíduos, num raio não superior a 100 (cem) metros, tendo por base o local de produção dos mesmos)		✓	
Q2.1	Lavagem e higienização de equipamentos (Frequência de lavagem de contentores de deposição indiferenciada de resíduos urbanos)	Nota 1		
Q2.2	Lavagem e higienização de equipamentos (Frequência de lavagem de contentores de deposição seletiva de resíduos urbanos)	Nota 1		
Q3	Abrangência do serviço de limpeza do espaço público (Garantia da acessibilidade dos municípios ao serviço de limpeza do espaço público)			✓
Q4	Satisfação dos utilizadores (Rácio entre os utilizadores satisfeitos com o serviço prestado, relativamente ao total de utilizadores)			✓
Q5	Resposta a sugestões e reclamações (Percentagem de reclamações ou sugestões que foram alvo de resposta no prazo não superior a 22 dias úteis)			✓
D1	Metas de gestão de resíduos (Cumprimento das metas de gestão de resíduos decorrentes das imposições dos Planos Estratégicos em vigor)			✓
D2	Educação e sensibilização (Verificação de resultados positivos decorrentes de campanhas/projetos de sensibilização e educação desenvolvidos pela empresa)	Nota 1		
D3.1	Ruído - indiferenciada (Valor médio das emissões sonoras das viaturas pesadas de recolha indiferenciada de resíduos)	Nota 2		
D3.2	Ruído - Seletiva (Valor médio das emissões sonoras das viaturas pesadas de recolha seletiva de resíduos)	Nota 2		
D4.1	Poluição atmosférica - indiferenciada (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas pesadas de recolha indiferenciada de resíduos)	✓		
D4.2	Poluição atmosférica - seletiva multimaterial (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva multimaterial de resíduos)	✓		
D4.3	Poluição atmosférica - seletiva orgânicos (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva de resíduos orgânicos)			✓
D4.4	Poluição atmosférica - seletiva outros (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva de outros resíduos)		✓	
P1	Produtividade do trabalhador no serviço de recolha de resíduos (Rácio entre a quantidade anual de resíduos recolhidos seletivamente e o número de trabalhadores afetos à recolha seletiva)		✓	
P2	Estrutura de pessoal administrativo (Rácio entre a estrutura de pessoal administrativo face à estrutura de pessoal operacional)			✓
P3	Absentismo (Taxa de absentismo dos colaboradores dos serviços de recolha seletiva de resíduos)			✓



Valores expressos em euros ou percentagem

#	Descrição	Nível de classificação para o ano de 2021		
		Ineficaz	Eficaz	Muito Eficaz
E1	Orçamento de exploração (Grau de execução do orçamento de exploração anual)		✓✓	
E2	Plano de atividades (Taxa de cumprimento do plano de atividades anual)	Nota 1		
E3	Gastos com pessoal (Nível de gasto anual médio por trabalhador)			✓
E4	Gastos indiretos (Rácio de gastos indiretos anuais relativamente aos gastos totais)		✓	
E5	Gestão de tesouraria (Cumprimento dos prazos de pagamento a fornecedores e restantes credores)		✓	
E6	Eficiência na utilização da frota do serviço de recolha seletiva de resíduos (Rentabilização anual das viaturas de recolha seletiva)	Nota 1		
E7.1	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha indiferenciada de resíduos (Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha indiferenciada por quantidade de resíduos recolhidos)	✓		
E7.2	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos (Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva multimaterial por quantidade de resíduos recolhidos)	✓		
E7.3	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos (Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva de orgânicos por quantidade de resíduos recolhidos)			✓
E7.4	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos (Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva de outros resíduos por quantidade recolhida)		✓	
E8	Rentabilização do Parque de Viaturas (Rácio anual entre a quantidade de resíduos recolhidos indiferenciadamente e a capacidade instalada de viaturas de recolha de resíduos indiferenciados)		✓	
E9	Grau de otimização dos circuitos de recolha (Rácio anual entre o número de deslocações a equipamentos de deposição de resíduos sem realizar a sua recolha e o número total de deslocações realizadas)	Nota 3		

Nota 1: A aferição destes indicadores deverá ser efetuada numa base anual, não sendo os mesmos passíveis de ser aferidos, ou interpretados, de forma intercalar;

Nota 2: Os pressupostos que levaram à fixação destes indicadores, tinham por base de cálculo a definição de valores de referência em documentos oficiais das viaturas, contudo os a informação relevante nos mesmos não se encontra divulgada para todas as viaturas, pelo que deverão ser fixados métodos alternativos de aferição;

Nota 3: Para aferição do avaliador em causa, será necessária a realização de um avultado investimento em sensorização de contentores, onerando conseqüentemente o município via atualização de tarifa, aspeto esse que se encontra em ponderação.



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O RELATORIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

- 2º TRIMESTRE DE 2020 -

Introdução

1. No âmbito das nossas funções nos termos do artigo 25º, alínea i) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto e alinhando com solicitação do Conselho de Administração da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM, S.A. (PORTO AMBIENTE** ou a Entidade), com a finalidade de dar cumprimento à obrigação de divulgação prevista na alínea i) do nº1 do artigo 44º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de Outubro, norma interpretativa por força do artigo 67º do referido Decreto-Lei, apresentamos o nosso parecer sobre o Relatório Execução Orçamental referente ao 2º trimestre de 2020 (período compreendido entre **01 de Janeiro e 30 de Junho de 2020**, ou seja, 6 meses de actividade), que apresenta em Balanço um total de 7 834 392 euro e um total de capital próprio de 1 638 607 euro, incluindo um resultado líquido de 142 561 euro).

Responsabilidades do órgão de gestão sobre o relatório de execução orçamental

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação verdadeira e apropriada da informação da execução orçamental através do respetivo relatório de execução trimestral, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo apropriado.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão da execução orçamental

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a adequação da informação da execução orçamental fornecida pela **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM, S.A.**, competindo-nos emitir um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

4. O nosso trabalho tem como objetivo a avaliar a adequação dos pressupostos, critérios e coerência das informações constantes dos documentos em análise e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados à verificação dessas informações:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação orçamental;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a apresentação da informação orçamental.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer.

Relatório do Fiscal Único relativo à execução orçamental

[Período findo em 30 de junho de 2021]

08



Conclusão e parecer

6. No final do período considerado, face ao orçamento anual, o total dos rendimentos registava uma realização de 94% e o total dos gastos uma realização de 92%.

7. Com base no trabalho, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o relatório trimestral de execução orçamental e os mapas apresentados pela **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM, S.A.** não refletem a execução orçamental relativa aos rendimentos reconhecidos, aos gastos efetuados e aos investimentos realizados até ao fim do segundo trimestre de 2020, em conformidade com as normas, princípios e regras orçamentais, previstos no ordenamento jurídico português.

Porto, 10 de Agosto de 2020

MAZARS & Associados, SROC, S.A.

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta (ROC N.º 1023)



Considerações finais

09

Este documento pode conter informações e indicações prospetivas (forward looking statements), no que diz respeito aos resultados das operações e às atividades da **PortoAmbiente**, bem como alguns planos e objetivos da Empresa face a estas questões, as quais foram baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão.

Estas indicações futuras (forward looking statements) estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, indústria, da concorrência e nas condições económicas. Indicações futuras podem ser identificadas por termos tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "pretende"; "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as expectativas atuais da Administração, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do controlo da entidade, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras.

Advertimos assim os leitores e analistas a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras.

